



Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

PROCESSO N.º:	1849654/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
CNPJ:	04.178.518/0001-70
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	JORAILDES SOARES DE SOUSA
RELATOR:	VALTER ALBANO DA SILVA
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	SANTA CRUZ DO XINGU
NÚMERO OS:	4668/2025
EQUIPE TÉCNICA:	CLAUDIA ONEIDA ROUILLER





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DA DEFESA	3
3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES	80
4. CONCLUSÃO	81
4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE	81
Apêndice A - Balanço 2024 e 2023	





1. INTRODUÇÃO

Retornaram a esta Secretaria de Controle Externo, os autos do processo em epígrafe, para análise da defesa apresentada em virtude dos apontamentos feitos no Relatório Preliminar de auditoria, das Contas Anuais de Governo do município de Santa Cruz do Xingu, referente ao exercício de 2024 (Doc. 63.985-2/2025).

No relatório preliminar foram catalogados 19 achados de auditoria, distribuídos em 14 irregularidades, de acordo com a classificação definida pela Resolução Normativa TCE-MT nº 17/2010, atualizada pela Resolução Normativa TCE-MT 02/2025.

Citada a se manifestar sobre as irregularidades apontadas no Relatório Preliminar, a prefeita Sra. Joraildes Soares de Sousa, protocolou sua defesa (Doc. 63.985-2/2025), cujas alegações se analisa na sequência.

Segue a manifestação da defesa e sua respectiva análise.

2. ANÁLISE DA DEFESA

JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2024

1) AA10 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_10. Repasses ao Poder Legislativo em valor acima do limite estabelecido para cada faixa populacional, realizados após o dia vinte de cada mês e/ou menor que proporção fixada na Lei Orçamentária (29-A, § 2º, da Constituição Federal).

1.1) *Os repasses ao Poder Legislativo foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:





O presente apontamento ancora-se no fato de que a técnica ao fazer o cálculo de repasse para o poder legislativo no exercício de 2024 detectou o valor máximo seria de 2.159.500,39 e que o município repassou o valor de 2.160.608,04, desta forma, o valor repassado foi superior ao permitido pela Constituição Federal. Vejamos os cálculos:

Elaborado pelo TCE – MT:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 3.058.958,23
Impostos	R\$ 2.986.399,47
IPTU	R\$ 100.392,71
IRRF	R\$ 943.547,20
ITBI	R\$ 702.431,85
ISSQN	R\$ 1.240.027,71
TAXAS	R\$ 72.558,76
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 13.307.531,90
FPM	R\$ 12.360.493,42
Transf. ITR	R\$ 947.038,48
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 14.483.515,46
ICMS	R\$ 14.170.601,50
IPVA	R\$ 310.053,37
IPI (Exportação)	R\$ 0,00
CIDE	R\$ 2.860,59
TOTAL GERAL	R\$ 30.850.005,59
População do Município	2.834
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 2.159.500,39
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 2.152.920,23
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.979.845,12

API IC > LIQ: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do





Elaborado pelo município:

REPASSE AO PODER LEGISLATIVO 2023/2024	
Especificação	Valor
Impostos	3.002.223,22
IPTU	100.392,71
IRRF	943.547,20
ITBI	702.431,85
ITR	15.823,75
ISSQN	1.240.027,71
Taxas	72.558,76
Exercício poder de polícia	19.858,17
Prestação de serviços	52.700,59
Transferências Constitucionais	27.791.047,36
FPM	11.872.543,71
FPM 1%	487.949,71
ITR	947.038,48
CIDE	2.860,59
ICMS	14.170.601,50
IPVA	310.053,37
TOTAL GERAL	30.865.829,34
(x) 7% Valor Anual	2.160.608,05
Valor Mensal	180.050,67

Divergência de base de cálculo

• Observa-se que existe uma divergência entre os cálculos no valor de 15.823,75 referente a ITR lançados no grupo de impostos, o referido valor não foi considerado na base de cálculo do TCE-MT, desta forma, a aparente irregularidade não existiu, portanto, solicita-se que o TCE-MT homologue a planilha cálculo do município.

Por outro lado o valor que foi de fato destinado e utilizado pelo poder legislativo no exercício de 2024 foi de 1.974.997,77, equivalendo a 6,40%, inferior ao índice máximo permitido, percebe-se que houve um decréscimo sistemático nos repasses ao poder legislativo nos últimos quatro anos. Denotando-se que tanto o Executivo, bem como, o legislativo tem se preocupado em manter cada vez mais dentro dos limites constitucionais.

Visando comprovar a veracidade de nosso cálculo colaciono aqui os quadros de receitas que serviram de base para verificação de aplicação do índice





constitucional de saúde e educação no exercício de 2023 pelo município de Santa Cruz do Xingu.

Anexo: 7 - EDUCAÇÃO

Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 3.002.223,22
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 58.938,51
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 702.403,07
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 1.238.127,26
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 943.529,43
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 15.823,75
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT n° 16/2005)	R\$ 2.002,76
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT n° 16/2005)	R\$ 30.234,05
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT n° 16/2005)	R\$ 11.164,39
Transferências (II)	R\$ 28.071.698,23
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 11.872.543,71
Cota - Parte FPM - (Art. 159, I, "d", "e", "f", da CF/88)	R\$ 487.949,71
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 14.170.601,50
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 947.038,48
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 310.053,37
Cota - Parte IOF s/ Ouro - Imposto sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC n° 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 283.511,46
Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)	R\$ 31.073.921,45
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 7.768.480,36

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Anexo: 8 - SAÚDE

Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 3.002.223,22
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 58.938,51
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 702.403,07
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 1.238.127,26
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 943.529,43
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 15.823,75
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 2.002,76
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 30.234,05
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 11.164,39
Transferências (II)	R\$ 27.583.748,52
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 11.872.543,71
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 947.038,48
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 310.053,37
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 14.170.601,50
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
ICMS - Desoneração (Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 283.511,46
Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)	R\$ 30.585.971,74
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 4.587.895,76

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde

Com devido respeito ao trabalho da equipe de auditoria do TCE-MT solicito que o presente apontamento seja considerado como sanado.

Análise da Defesa:

Primeiramente, vale constar que a Receita Base para o limite do duodécimo, Saúde e Educação, advém de artigos Constitucionais diferentes, conforme apresentado a seguir:

Sendo apresentado os dispositivos constitucionais a seguir:

- **Receita Base do Repasse da Câmara (Art. 29-A da Constituição Federal - Exercício Anterior)**

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e





*pensionistas, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 desta Constituição, efetivamente **realizado no exercício anterior**: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021) (Vigência)*

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

- **Receita Base Educação (Art. 212 da Constituição Federal - Exercício Atual)**

*Art. 212. **A União aplicará, anualmente**, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.*

- **Receita Base Saúde (art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT - Exercício Atual)**

Art. 77.

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Assim, nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal as receitas e transferências a serem consideradas como integrantes da base de cálculo para o cálculo do repasse ao Poder Legislativo são as realizadas no exercício anterior (2023), enquanto que, para o cálculo da aplicação em saúde e educação a base de cálculo são as receitas e transferências do exercício analisado (2024).

Quanto ao ITR - Imposto Territorial Rural destaca-se que é um tributo de competência da **União** (art. 153, VI, da CF), mas com a possibilidade





de ter a sua fiscalização e cobrança assumida pelos **Municípios** que assim desejarem, mediante a celebração de convênio com a **União** (153, §4º, II, da CF), o que foi o caso do município de Santa Cruz do Xingu, já que há registro como receitas correntes (município) e como Transferências da União, conforme layouts do Sistema Aplic, referente ao ano de 2023:

- Município: ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88) : R\$ 15.823,75

Receita Orçamentária :: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções		
Receita Orçamentária		
<input checked="" type="checkbox"/> Consulta parametrizada		
Informe o mês de referência		Título (Digite para localizar)
DEZEMBRO		
<input type="checkbox"/> Dados consolidados do Ente		
* Considera os dados acumulados até a última carga enviada		
Títulos	Descrição	Receita Realizada(R\$)
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	44.394.946,51
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.399.137,19
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS	3.326.578,43
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO	831.285,31
1.1.1.2.01.0.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	15.823,75
1.1.1.2.01.1.0.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS	15.823,75
1.1.1.2.01.1.1.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS - PRINCIPAL	15.823,75

- União: Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88): R\$ 947.038,48

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 :: [Receita Orçamentária]		
Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: Envio Imediato Auditoria Impres:		
Receita Orçamentária :: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções		
Receita Orçamentária		
<input checked="" type="checkbox"/> Consulta parametrizada		
Informe o mês de referência		Título (Digite para localizar)
DEZEMBRO		
<input type="checkbox"/> Dados consolidados do Ente		
* Considera os dados acumulados até a última carga enviada		
Títulos	Descrição	Receita Realizada(R\$)
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	16.365.663,56
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	13.307.531,90
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	12.360.493,42
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL	11.872.543,71
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	11.872.543,71
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	487.949,71
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - PRINCIPAL	487.949,71
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	947.038,48
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	947.038,48





Observa-se que na Base de Cálculo da Educação e da Saúde, participa da sua composição tanto as receitas de ITR do Município (R\$ 15.823,75), como as receitas de ITR provenientes da União (R\$ 947.038,48):

- **Receita Base Educação de 2023 (Art. 212 da Constituição Federal)**

Anexo: 7 - EDUCAÇÃO

Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 3.002.223,22
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 58.938,51
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 702.403,07
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 1.238.127,26
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 943.529,43
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 15.823,75
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 2.002,76
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 30.234,05
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 11.164,39
Transferências (II)	R\$ 28.071.698,23
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 11.872.543,71
Cota - Parte FPM - (Art. 159, I, "d", "e", "f", da CF/88)	R\$ 487.949,71
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 14.170.601,50
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 947.038,48
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 310.053,37
Cota - Parte IOF s/ Ouro - Imposto sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 283.511,46
Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)	R\$ 31.073.921,45
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 7.768.480,36

- **Receita Base Saúde de 2023 (art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT)**

Anexo: 8 - SAÚDE

Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 3.002.223,22
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 58.938,51
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 702.403,07
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 1.238.127,26
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 943.529,43





ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 15.823,75
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 2.002,76
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 30.234,05
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 11.164,39
Transferências (II)	R\$ 27.583.748,52
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 11.872.543,71
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 947.038,48
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 310.053,37
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 14.170.601,50
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
ICMS - Desoneração (Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 283.511,46
Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)	R\$ 30.585.971,74
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 4.587.895,76

Já no caso da Base de Cálculo para os repasses do duodécimo, pode-se verificar que no Quadro 11.1 do relatório preliminar somente constou Cota - Parte ITR que consta no montante de R\$ 947.038,48, sendo assim necessário nesta base de dados o valor que foi arrecadado pelo município (R\$ 15.823,75). Sendo assim, neste quadro o valor do ITR passa a ser R\$ 962.862,23, sendo rerepresentado este quadro a seguir:

- **Receita Base do Repasse da Câmara - Exercício Anterior - Ano 2023 (Art. 29-A da Constituição Federal)**

Anexo: 11 - REPASSE A CÂMARA

Quadro: 11.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 3.058.958,23
Impostos	R\$ 2.986.399,47
IPTU	R\$ 100.392,71
IRRF	R\$ 943.547,20
ITBI	R\$ 702.431,85
ISSQN	R\$ 1.240.027,71
TAXAS	R\$ 72.558,76
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 13.323.355,65





ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
FPM	R\$ 12.360.493,42
Transf. ITR	R\$ 962.862,23
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 14.483.515,46
ICMS	R\$ 14.170.601,50
IPVA	R\$ 310.053,37
IPI (Exportação)	R\$ 0,00
CIDE	R\$ 2.860,59
TOTAL GERAL	R\$ 30.865.829,34
População do Município	2.834
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 2.160.608,05
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 2.152.920,23
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.979.845,12

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Sendo assim, houve divergência entre os cálculos referente a ITR lançados, conforme aduziu o defendente e considerando este novo valor de ITR, impactou diretamente no Total Geral da Receita Base, será demonstrado o novo quadro 11.2 que constava no Relatório Preliminar:

Quadro: 11.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo (Receita Líquida)	R\$ 1.974.997,77	R\$ 30.865.829,34	6,39%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.979.845,12	R\$ 30.865.829,34	6,41%	7,00%	
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 897.925,22	R\$ 2.160.608,04	41,55%	70%	
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 897.925,22	R\$ 45.551.790,31	1,97%	6%	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Lançamento Contábil > Razão Contábil > (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura - Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo - Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)





Dessa forma, com a reapresentação do novo quadro segue a seguinte afirmação:

Conforme verificado no quadro 11.1 os repasses ao Poder Legislativo pelo Poder Executivo totalizaram R\$ 2.160.608,04 e o limite definido no art. 29-A da Constituição Federal era de até R\$ 2.160.608,05, portanto, os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal.

Mediante do que foi exposto, fica sanado o apontamento em questão.

Resultado da Análise: SANADO

2) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.1) Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário, em desacordo com os itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
- Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

No município de Santa Cruz do Xingu temos uma prática de pagar a gratificação natalina na data de aniversário de cada servidor, isto quer dizer que pagamos 13º salários ao longo do ano, visando não acumular tudo para o mês de dezembro, onde os recursos já ficam bastante sufocados. Quanto às férias sempre elaboramos um cronograma de férias a ser concedidas ao longo de cada ano, visando dar transparências para todos os servidores, bem como, para a sociedade em geral, desta forma, fica evidenciado que não ficam passivos acumulados, pois sempre efetuamos os pagamentos da gratificação natalina





dentro de cada exercício e concedemos todas as férias que os servidores fizerem jus ao longo do exercício, visando a não acumular passivos de direitos trabalhistas, ou seja, manter passivos ocultos.

Desta feita, com base na clara boa-fé da Prefeita, entende-se ser perfeitamente cabível a aplicação dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade ao presente caso, os quais são basilares da justiça e que trazem uma carga de seriedade e responsabilidade no comando dos processos.

Uma das formas de se aplicar a razoabilidade é como equivalência, onde existe uma relação entre a medida adotada e o critério que a dimensiona. Este princípio nada mais é do que a aplicação da norma ao caso concreto em medida adequada, o que por consequência determina não poder existir desproporção entre o direito que se utiliza e a sanção que se aplica. Assim, entende-se que a culpa do agente deve ser o fator determinante no momento de aplicar a penalidade, sendo certo que a pena é equivalente a culpa.

Ainda na esteira dos princípios, cumpre mencionar também o da proporcionalidade, o qual exige que os poderes escolham meios adequados, necessários e proporcionais para realização de seus objetivos. Ou seja, no momento que se reconhece o grau de culpabilidade do agente, o julgador deve escolher, dentre as opções que obtiver, a mais justa e correta para sancionar de forma razoável e proporcional. A aplicação desse princípio leva em conta a relação de causalidade entre meio e fim, considerando que o meio é adequado, necessário e proporcional quando promove o objetivo que propõe, quando é o menos restritivo relativamente aos direitos fundamentais e quando traz mais vantagens do que desvantagens para a realidade fática.

Dessa forma, é válido ressaltar que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso coaduna com a valorização dos princípios citados, o que é facilmente visto nas decisões de seus conselheiros, conforme a seguir exposto:

JULGAMENTO SINGULAR Nº 3022/JBCJ/2012 PROCESSO: Nº 14.200-0/2012

INTERESSADO: CONSÓRCIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO E AMBIENTAL DO





VALE DO GUAPORÉ-MT GESTOR: WAGNER VICENTE DA
SILVEIRA ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA
(...)

Diante da particularidade do caso em comento, adotando o Princípio da Razoabilidade e levando em consideração que a justificativa apresentada pelo gestor esclarece o atraso, acolho o Parecer do Ministerial e DECIDO pela improcedência da Representação Interna e seu arquivamento. Publique-se.

Caso o conselheiro relator não acolha as nossas praticas como as mais corretas e adequadas aos comandos da legalidade, solicito que transforme o presente apontamento em recomendações legais para que possamos corrigir possíveis descumprimentos da legislação contábil aplicada ao setor público. Segue anexa a escala de férias que foi elaborada para ser executada no exercício de 2024.

Análise da Defesa:

Primeiramente, faz-se necessário evidenciar que houve a ausência de apropriação mensal das provisões trabalhistas de férias e décimo terceiro. A consulta ao Razão contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas 31111012200 13º salário, 31111012100 férias vencidas e proporcionais e 31111012400 férias abono constitucional registrados no Sistema Aplic, referente ao exercício de 2024, já que não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias, conforme pode ser visualizado a seguir:

- REGISTROS CONTÁBEIS - CONTA 31111012200 13º salário

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 ::

Sistema Pças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: Egvio Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados Ajuda...

Razão Contábil
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Hês de referência: DEZEMBRO Conta contábil: 31111012200

Seq. Cód. Co. Descrição Val. débito Val. crédito Detalhamento Histórico

- REGISTROS CONTÁBEIS - CONTA 31111012100 férias vencidas e proporcionais

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 ::





Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: Envio Imediato Auditoria Impressões

Razão Contábil
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO Conta contábil: 31111012100

Data	ISF	Descrição	Val. débito	Val. crédito	Histórico
10/12/2024		FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	3.446,36	0,00	Pelo lançamento de liquidacao do empenho 7025/2024 Ordinário.
		FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	4.374,73	0,00	Pelo lançamento de liquidacao do empenho 7038/2024 Ordinário.
			7.821,09	0,00	

- REGISTROS CONTÁBEIS - CONTA 31111012400 - férias abono constitucional

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 ::

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: Envio Imediato Auditoria Impressões

Razão Contábil
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a :

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO Conta contábil: 31111012400

D	C.	N...	S...	Cód...	Descrição	I...	Val. d...	Val. cr...	Detalhamento	Histórico
							0,00	0,00		

A Portaria nº 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) definiu prazos para que os entes federativos reconhecessem os passivos derivados de apropriações por competência decorrentes de benefícios trabalhistas de servidores civis, pessoal contratado e militares da administração pública, tais como o 13º salário (gratificação natalina) e as férias.

Para o reconhecimento dos passivos relacionados 13º salário e às férias, deve-se realizar a apropriação em conformidade com o regime de competência. Ou seja, a cada fato gerador deve ser efetuado o registro contábil que evidencie o reflexo patrimonial decorrente do reconhecimento da obrigação trabalhista a ser suportada pela administração municipal, independentemente do reflexo orçamentário.





O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) prevê que a apropriação das provisões trabalhistas de férias e de gratificação natalina deve ser realizada mensalmente, segundo o regime de competência:

Para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência. (STN, 10ª ed., 2023, pg. 307)

O anexo da Portaria STN nº 548/2015 informa que o prazo para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes e para aqueles com até 50 mil habitantes encerrou-se em 01/01/2018 e 01/01/2019, respectivamente:

11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de <u>benefícios a empregados</u> (ex.: 13º salário, férias, etc.).	União	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)
	DF e Estados	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)
	Municípios com mais de 50 mil habitantes	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)
	Municípios com até 50 mil habitantes	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)

A ausência de registro contábil das provisões trabalhistas gera subestimação no valor do resultado do exercício apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e no total dos passivos que registram as obrigações trabalhistas a serem suportadas pela municipalidade, além de superestimar o total do Patrimônio Líquido. Isso prejudica a transparência, a evidenciação da situação patrimonial da entidade e a tomada de decisões orçamentárias e financeiras.

Considerando que não foi observado o prazo para implementação dos registros contábeis por competência das provisões de férias e de décimo terceiro salário, e a legislação contábil que dispõe sobre o assunto, considera-se mantida a irregularidade.

Resultado da Análise: MANTIDO





3) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

3.1) Considerando os valores apresentados no Balanço Patrimonial (Exercício de 2024) e os valores constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais (Exercício de 2024) e o saldo final do Patrimônio Líquido constante no Balanço Patrimonial do exercício de 2023, constata-se divergência quanto ao total da apropriação do resultado patrimonial do exercício e, por consequência no total do Patrimônio Líquido ao final do exercício de 2024 de - R\$ 82.172,64 - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A aparente divergência referente ao valor citado é resultado de ajustes de exercícios anteriores de despesas que foram reconhecidas somente no exercício de 2024, isto foi apontado nas notas explicativas.

"PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado acumulado no exercício foi superavitário quando se confronta o acumulado de 2024 no valor de 72.198.600,12 com o acumulado de 2023 em 56.718.854,31 temos o valor de R\$ 15.479.745,31.

Resultado do Patrimônio Líquido exercício 2024 = 15.479.745,31, entretanto na VPD - Resultado Patrimonial no Período = 15.516.325,35 consiste na diferença de 37.207,84 referente a lançamentos de ajustes de exercícios anteriores na Prefeitura 37.182,84 e 25,00 na Câmara Municipal escriturados na conta patrimonial sob o código 2.3.7.1.1.03 podendo ser verificado no balancete de verificação. - Notas explicativas ao balanço pg. 14.





Os lançamentos de "Ajustes de Exercícios Anteriores" não deverão passar pelas contas de resultado (receitas e despesas), logo não transitará pelas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) ou Diminutivas (VPD). O ajuste deve ser lançado diretamente no Patrimônio Líquido.

A distinção decorre, fundamentalmente, da natureza temporal do fato contábil: o DEA corrige informações de exercícios já encerrados, enquanto o VPA/VPD mensuram o desempenho do exercício corrente.

Noutro giro é importante trazer aqui as luzes do Princípio da competência:

A competência exige que receitas e despesas sejam determinadas no período em que ocorrem os fatores geradores. Se um erro ou omissão for identificado apenas no exercício seguinte, a causa pertence ao passado; logo, sua correção pode não corresponder ao resultado do presente, pois distorceria a evidência de desempenho deste período.

Desta forma, a exclusão da DEA do grupo de Variações Patrimoniais decorre de:

- a) respeito ao princípio da competência;
- b) objetivo de não distorcer o resultado do exercício;
- c) necessidade de manter comparabilidade, transparência e integridade na purificação do desempenho governamental;

Seguem anexas as demonstrações contábeis devidamente corrigidas e publicadas para solicitar a extinção do presente apontamento. Neste ato peço a desconsideração do presente achado de auditoria.

Análise da Defesa:

Vale aqui constar, quanto à necessidade de convergência do saldo do Patrimônio Líquido do exercício anterior com o resultado patrimonial do exercício, exceto pela ocorrência de ajustes de exercícios anteriores, o MCASP (STN, 10ª edição, 2021, fl. 164, 543) pontua que:





"No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público."

"A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.
(grifo nosso)

Portanto, na verificação da integridade interdemonstrações o total do Patrimônio Líquido do exercício anterior (ano 2023) adicionado aos ajustes de exercícios anteriores e ao resultado patrimonial do exercício em pauta (ano 2024), deve ser coincidente com o total do Patrimônio Líquido ao final do período (2024).

Na defesa foi apresentado novo Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, entretanto, não foi apresentada a sua publicação em meio oficial (fls. 33. a 41, do Doc. Digital nº 639852/2025).

Em busca ativa nos meios oficiais pode-se verificar que houve nova publicação dos demonstrativos contábeis de 2024 Consolidado, com a retificação do Balanço Patrimonial Consolidado, do Balanço Financeiro, da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada e Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada, e também das das Notas Explicativas, na data de 31/07/2025, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (Ano XX, Edição nº 4.790, páginas 745 a 774), conforme evidencia-se no Apêndice A deste relatório de defesa (fls. 02 a 32).





Sendo assim, devido a republicação em Jornal Oficial de novos Demonstrativos Consolidados de 2024, inclusive com as Notas Explicativas, em 31/07/2025, faz-se necessário o envio destes anexo a esta Corte de Contas por meio do Sistema APLIC, já que o último envio se deu no dia 16/04/2025, conforme demonstrado a seguir:

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 :: - [Consulta aos Document

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: Envio Imediato Auditoria

Consulta aos Documentos das Contas de Governo

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

Cód.Documento	Exer...	Tipo Descrição	Arquivo PDF	Recebimento
00000000017/2024	2024	Balanco Orçamentário - MCASP (consolidado Ente)	DD_202420_00017.pdf	16/04/2025 2
00000000018/2024	2024	Balanco Financeiro - MCASP (consolidado Ente)	DD_202420_00018.pdf	16/04/2025 2
00000000019/2024	2024	Balanco Patrimonial - MCASP (consolidado Ente)	DD_202420_00019.pdf	16/04/2025 2
00000000020/2024	2024	Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP - MCASP (consolidado E...	DD_202420_00020.pdf	16/04/2025 2
00000000021/2024	2024	Anexo 1 (consolidado Ente)	DD_202420_00021.pdf	16/04/2025 2
00000000022/2024	2024	Anexo 2 (consolidado Ente)	DD_202420_00022.pdf	16/04/2025 2
00000000023/2024	2024	Anexo 6 (consolidado Ente)	DD_202420_00023.pdf	16/04/2025 2
00000000024/2024	2024	Anexo 7 (consolidado Ente)	DD_202420_00024.pdf	16/04/2025 2
00000000025/2024	2024	Anexo 8 (consolidado Ente)	DD_202420_00025.pdf	16/04/2025 2
00000000026/2024	2024	Anexo 9 (consolidado Ente)	DD_202420_00026.pdf	16/04/2025 2
00000000027/2024	2024	Anexo 10 (consolidado Ente)	DD_202420_00027.pdf	16/04/2025 2
00000000028/2024	2024	Anexo 11 (consolidado Ente) até o nível de modalidade de aplicação	DD_202420_00028.pdf	16/04/2025 2
00000000029/2024	2024	Anexo 16 (consolidado Ente)	DD_202420_00029.pdf	16/04/2025 2
00000000030/2024	2024	Anexo 17 (consolidado Ente)	DD_202420_00030.pdf	16/04/2025 2
00000000032/2024	2024	Relação dos restos a pagar da saúde (ASPS), inscritos no exercício	DD_202420_00032.pdf	16/04/2025 2
00000000033/2024	2024	Relação dos restos a pagar da educação (MDE), inscritos no exercício	DD_202420_00033.pdf	16/04/2025 2
00000000034/2024	2024	Relação dos restos a pagar do Fundeb (70%), inscritos no exercício	DD_202420_00034.pdf	16/04/2025 2
00000000035/2024	2024	Relação dos restos a pagar do Fundeb (30%), inscritos no exercício	DD_202420_00161.pdf	16/04/2025 2
00000000036/2024	2024	Relação dos restos a pagar da saúde (ASPS), pagos no exercício	DD_202420_00036.pdf	16/04/2025 2
00000000037/2024	2024	Relação dos restos a pagar da educação (MDE), pagos no exercício	DD_202420_00037.pdf	16/04/2025 2
00000000038/2024	2024	Relação dos restos a pagar do Fundeb (70%), pagos no exercício	DD_202420_00038.pdf	16/04/2025 2
00000000039/2024	2024	Relação dos restos a pagar do Fundeb (30%), pagos no exercício	DD_202420_00039.pdf	16/04/2025 2
000000000128/2024	2024	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC - MCASP (consolidado Ente)	DD_202420_00128.PDF	16/04/2025 2
000000000141/2024	2024	Relação dos recursos recebidos, as aquisições, os contratos e os demais ...	DD_202420_00161.PDF	16/04/2025 2
000000000150/2024	2024	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (Anexo II do RGF)	DD_202420_00150.PDF	16/04/2025 2
000000000151/2024	2024	Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Anexo V...	DD_202420_00151.PDF	16/04/2025 2
000000000152/2024	2024	Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (Anexo VII do RREO)	DD_202420_00152.PDF	16/04/2025 2
000000000153/2024	2024	Lista de Órgãos integrantes do DFSS e respectivas Unidades Orçamentárias	DD_202420_00153.PDF	16/04/2025 2
000000000154/2024	2024	Listas de Consórcios Públicos que o Ente participa (com CNPJ)	DD_202420_00154.PDF	16/04/2025 2
000000000155/2024	2024	Notas explicativas ao Balanco Orçamentário, conforme orientação do MCA...	DD_202420_00155.PDF	16/04/2025 2
000000000156/2024	2024	Notas explicativas ao Balanco Financeiro, conforme orientação do MCASP...	DD_202420_00155.PDF	16/04/2025 2
000000000157/2024	2024	Notas explicativas ao Balanco Patrimonial, conforme orientação do MCAS...	DD_202420_00155.PDF	16/04/2025 2
000000000158/2024	2024	Notas explicativas à DVP, conforme orientação do MCASP vigente	DD_202420_00155.PDF	16/04/2025 2
000000000159/2024	2024	Notas explicativas à DFC, conforme orientação do MCASP vigente	DD_202420_00155.PDF	16/04/2025 2

Portanto, sugere-se ao relator a seguinte proposta de expedição de Determinação ao Chefe do Poder Executivo de Santa Cruz do Xingu - MT:

- Que faça expedir determinação à Contadoria Municipal para seja enviado ao Sistema Aplic os Demonstrativos Consolidados de 2024, juntamente





com as notas explicativas, que foram republicados em 31/07/2025, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XX, Edição nº 4.790, páginas 745 a 774. **Prazo de implementação: Imediato.**

Considerando os valores apresentados no Balanço Patrimonial (Exercício de 2024) e os valores constantes na Demonstração das Variações Patrimonial (Exercício de 2024) e o saldo final do Patrimônio Líquido constante no Balanço Patrimonial do exercício de 2023, constata-se que mantém-se a divergência quanto ao total da apropriação do resultado patrimonial do exercício e, por consequência no total do Patrimônio Líquido ao final do exercício de 2023 de - R\$ 82.172,64, quando se relaciona os valores apresentados no relatório preliminar e os novos valores apresentados com a republicação dos demonstrativos:

VERIFICAÇÃO DA CONVERGÊNCIA ENTRE O TOTAL DO PL AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2023, O RESULTADO DA DVP E O TOTAL DO PL AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2024

Relatório	Preliminar	Defesa	Diferença
Patrimônio Líquido de 2023 - dado coletado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2023 (I)	56.763.819,11	56.763.819,11	0,00
Patrimônio Líquido de 2024 - dado coletado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2024 (II)	72.247.134,48	72.198.600,12	48.534,36
Variação do PL (III = II - I)	15.483.315,37	15.434.781,01	48.534,36
Saldo final de ajustes de Exercícios anteriores registrados no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 (IV)	0,00	0,00	0,00
Resultado patrimonial evidenciado na DVP do Exercício de 2024 (V)	15.565.488,01	15.516.953,65	48.534,36
Diferença (V = III - IV - V)	-82.172,64	-82.172,64	

- Balanço Patrimonial de 2023 (Apêndice A do relatório de defesa, fl 39):

15 de Julho de 2024 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XIX | N° 4.526



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
CNPJ 04.178.518/0001-70

Av. 14 de Setembro, S/N, Centro, Santa Cruz do Xingu - MT, 78004-000
(66) 3594-1000 - gabinete@santacruzdoxingu.mt.gov.br - <https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br>

BALANÇO PATRIMONIAL

Consolidado
Dezembro/2023

Reservas de Lucros
Reserva Especial

0,00
0,00

0,00
0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Resultados Acumulados	56.763,819,11	44.305,333,00
(-) Apções / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	56.763,819,11	44.305,333,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.710,875,99	45.676,067,00

- Balanço Patrimonial de 2024 (Apêndice A do relatório de defesa, fls 02 e 03):

Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00

Página: 1 de 5

ACB - Sistema Contabilidade - Agil Software Brasil

Elaborado por: ETEVALDO VASCO SOARES JUNIOR

MM-MT • <https://amm.diariomunicipal.org>

745

Assinado Digitalmente

Quinta-feira, 31 de Julho de 2025 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XX | N° 4790

 <div>ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU CNPJ 04.178.518/0001-70 Av. 14 de Setembro, S/N, Centro, Santa Cruz do Xingu - MT, 78064-000 (66) 3594-1000 - gabinete@santacruzdoxingu.mt.gov.br - https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br</div>		
BALANÇO PATRIMONIAL		
		Consolidado Dezembro/2024
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	72.198,600,12	56.718,854,31
(-) Apções / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	72.198,600,12	56.718,854,31
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74.273,605,88	58.710,875,99

- DVP de 2024 (Apêndice A do relatório de defesa, fl 07):

Quinta-feira, 31 de Julho de 2025 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XX | N° 4790

CONTABILIDADE
RETIFICACAO DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO - EXERCICIO 2024

	ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
---	---





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br



CNPJ 04.178.518/0001-70
Av. 14 de Setembro, S/N, Centro, Santa Cruz do Xingu - MT, 78664-000
(66) 3594-1000 - gabinete@sanacruzdoxingu.mt.gov.br - <http://www.sanacruzdoxingu.mt.gov.br>

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Consolidado
Dezembro/2024

Exercício: 2024

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.991.672,21	5.570.581,47
Contribuições		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		14.290,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.741.656,91	2.475.105,14
Transferências e Delegações Recebidas		56.018.480,42	44.915.910,91
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		39.210,86	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		352.968,60	729.994,43
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		66.158.279,00	53.691.591,95

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Pessoal e Encargos	15.217.891,91	14.876.696,20
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviço e Consumo de Capital Fixo	20.812.240,29	16.050.763,94
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.457,53	3.796,44
Transferências e Delegações Concedidas	10.022.546,84	8.310.698,91
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	3.473.014,93	1.315.877,56
Tributárias	427.763,17	408.045,82
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	685.410,68	228.720,70
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	50.641.325,35	41.194.599,57

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)

15.516.953,65 12.496.992,38

Neste ponto é interessante ressaltar que com a republicação destes demonstrativos, também foi feito a análise quanto ao atributo da comparabilidade e verificou-se que os saldos do exercício anterior não estão convergentes com os saldos apresentados ao final do exercício de 2023, conforme demonstra-se de forma resumida a seguir (valores em R\$):

ATIVO	DADOS CONTANTES COMO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO BP DE 2024 (I)	DADOS CONTANTES COMO DO EXERCÍCIO ATUAL NO BP DE 2023 (II)	DIFERENÇA (III = I - II)
Ativo Circulante	21.086.767,36	21.086.767,36	0,00
Ativo Não Circulante			
ARLP	592.847,18	592.847,18	0,00
Investimentos	599.670,53	599.670,53	0,00
Ativo Imobilizado	36.431.590,92	36.431.590,92	0,00
Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	58.710.875,99	58.710.875,99	0,00
PASSIVO	DADOS CONTANTES COMO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO BP DE 2024 (I)	DADOS CONTANTES COMO DO EXERCÍCIO ATUAL NO BP DE 2023 (II)	DIFERENÇA (III = I - II)
Passivo Circulante	1.305.489,19	1.305.489,19	0,00
Passivo Não Circulante	641.567,69	641.567,69	0,00
Patrimônio Líquido	56.718.854,31	56.763.819,11	-44.964,80
TOTAL DO PASSIVO	58.665.911,19	58.710.875,99	-44.964,80

Mediante o que foi apresentado, fica mantido o apontamento.

Resultado da Análise: MANTIDO





3.2) O total do resultado financeiro não é convergente com o valor total apresentado no quadro do superávit /déficit financeiro do Balanço Patrimonial - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Para ajustar os erros e enviar a carga inicial do exercício de 2024 foi necessário fazer um lançamento de ajuste, tendo como débito a conta de ativo 1.2.2.1.1.01.07 - Participação em Contratos e crédito 2.1.8.9.1.14.00.01 Consórcios a pagar, isto se refere a uma parcela do contrato de rateio que o Município firmou com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu.

Análise da Defesa:

O que foi apresentado pelo defendente, foi confirmado conforme razão contábil obtida no Sistema APLIC:

- Conta 1.2.2.1.1.01.07 - Participação em Contratos

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 ::

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes Mensais Informes Envio Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados Ajuda...

Razão Contábil

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO Conta contábil: 12211010700

Pesquisar

Data	C.	Num. lançamento	Seq.	Cód. Conta	Descrição	ISF	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento	Histórico
31/12/2023	1	300005471	1	12211010700	PARTICIPAÇÃO EM ...	P	580.950,53	0,00	02.601.738/0001-30	AJUSTE SALDO ANTERIOR
	1	300005483	1	12211010700	PARTICIPAÇÃO EM ...	P	18.720,00	0,00	02.601.738/0001-30	LANÇAMENTO ENTRE CONTAS
31/12/2024	2	2120018703	2	12211010700	PARTICIPAÇÃO EM ...	P	0,00	599.670,53	02.601.738/0001-30	Encerra saldo participacao consorcio publico
							599.670,53	599.670,53		

- Conta 2.1.8.9.1.14.00.01 - Consórcios a pagar

Razão Contábil

:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO Conta contábil: 21891120051

Data	C.	Num. lançamento	Seq.	Cód. Conta	Descrição	ISF	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento	Histórico
------	----	-----------------	------	------------	-----------	-----	-------------	--------------	--------------	-----------





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

31/12/2023	1	300003200	1	21891140001	CONSORCÍOS A PAGAR (F)	F	18.720,00	0,00	116210000000	Lancamento automatico de abertura
	1	300005483	2	21891140001	CONSORCÍOS A PAGAR (F)	F	0,00	18.720,00	116210000000	LANCAMENTO ENTRE CONTAS
31/01/2024	2	2010013234	2	21891140001	CONSORCÍOS A PAGAR (F)	F	0,00	336.960,00	115000000000	Pela emissão do empenho 607/2024
16/02/2024	2	2020007901	2	21891140001	CONSORCÍOS A PAGAR (F)	F	0,00	112.320,00	116210000000	Pela emissão do empenho 967/2024

Sendo assim, fica sanado o apontamento em questão.

Resultado da Análise: SANADO

3.3) *Divergência entre as receitas registradas no Sistema Aplic em relação aos valores informados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN): Cota Parte FPM, e os valores informados pela SEFAZ/MT: Cota-Parte do ICMS e Cota-Parte do IPI - Municípios - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Diferença do FPM	
09/04/2024	R\$ 8.542,05
19/04/2024	R\$ 8.542,05
22/05/2024	R\$ 9.920,55
12/06/2024	R\$ 8.936,70
10/07/2024	R\$ 9.920,55
Total	R\$ 45.861,90
Explicações: Os valores mencionados acima, contabilizados como receita do FPM, são, na realidade, restituições repassadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (sede em Pontes e Lacerda-MT). O Tribunal atribui ao Município os montantes correspondentes às remunerações do servidor Valdair Carvalho, cedidos ao órgão com ônus ao cessionário. Como se trata de ressarcimento de despesa de pessoal cedido, a classificação adequada não é a mesma do FPM. Utilize o grupo "Outras Transferências Correntes" - Restituição de Despesas de Pessoal Cedido. Assim o registro refletirá corretamente a natureza da receita. Portanto, solicito a possibilidade de reclassificação da receita caso seja necessário.	
Diferença do ICMS	
03/01/2024	R\$ 1.164,69
09/01/2024	R\$ 689,32
16/01/2024	R\$ 5.742,98
23/01/2024	R\$ 3.296,20
26/01/2024	R\$ 470,72
09/02/2024	R\$ 1.051,31
16/02/2024	R\$ 5.397,49
22/02/2024	R\$ 2.169,26
28/02/2024	R\$ 793,80
06/03/2024	R\$ 1.739,01
12/03/2024	R\$ 5.136,93





3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

22/03/2024	R\$ 2.056,89
02/04/2024	R\$ 3.205,80
03/04/2024	R\$ 791,26
04/04/2024	R\$ 476,29
16/04/2024	R\$ 5.723,25
23/04/2024	R\$ 2.670,85
02/05/2024	R\$ 787,56
06/05/2024	R\$ 599,48
14/05/2024	R\$ 464,64
15/05/2024	R\$ 12.587,90
23/05/2024	R\$ 1.755,76
31/05/2024	R\$ 798,84
12/06/2024	R\$ 481,01
13/06/2024	R\$ 2.394,76
24/06/2024	R\$ 2.264,00
03/07/2024	R\$ 2.358,37
05/07/2024	R\$ 1.278,45
15/07/2024	R\$ 6.254,25
31/07/2024	R\$ 3.682,80
01/08/2024	R\$ 576,88
07/08/2024	R\$ 784,82
12/08/2024	R\$ 9.926,78
13/08/2024	R\$ 494,69
22/08/2024	R\$ 2.765,51
03/09/2024	R\$ 2.376,94
05/09/2024	R\$ 527,68
12/09/2024	R\$ 6.809,42
24/09/2024	R\$ 3.604,23
26/09/2024	R\$ 581,29
03/10/2024	R\$ 5.970,88
14/10/2024	R\$ 6.431,30
24/10/2024	R\$ 3.899,02
25/10/2024	R\$ 3.974,34
30/10/2024	R\$ 556,06
05/11/2024	R\$ 986,25
13/11/2024	R\$ 7.119,06
14/11/2024	R\$ 672,35
22/11/2024	R\$ 3.038,04
28/11/2024	R\$ 765,72





02/12/2024	R\$ 552,31
04/12/2024	R\$ 1.553,80
12/12/2024	R\$ 7.689,37
13/12/2024	R\$ 286,37
20/12/2024	R\$ 791,73
23/12/2024	R\$ 554,04
24/12/2024	R\$ 3.307,44
Total	R\$ 154.880,19

JUSTIFICATIVA – DIVERGÊNCIA ENTRE AS RECEITAS REGISTRADAS NO SISTEMA APLIC E OS VALORES INFORMADOS PELA SEFAZ/MT (COTA-PARTE DO ICMS E COTA-PARTE DO IPI – MUNICÍPIOS)

Em atenção ao apontamento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT) sobre a existência de divergências entre os valores de Cota-Parte do ICMS e de Cota-Parte do IPI – Municípios registrados no Sistema APLIC e aquelas constantes dos demonstrativos da SEFAZ/MT, esclarecemos o que segue:

I - Conta corrente única para repasses

a) Tanto a Cota-Parte do ICMS quanto a Cota-Parte do IPI – Os municípios são creditados pela SEFAZ/MT na mesma conta corrente nº 283147-3 PM SANTA CRUZ XINGU ICMS, BANCO BRASIL, agência 1135-5, específica historicamente ao recebimento do ICMS.....

b) Os extratos bancários disponibilizados pelo agente financeiro não discriminam as duas receitas; exibem-nas de forma consolidada sob a rubrica genérica “ICMS – Estado”.

II - Critério de reconhecimento contábil aprovado pelo Município

a) Para garantir o cumprimento do princípio da oportunidade, o Município registra as receitas conforme os dados efetivos do crédito em conta (regime de caixa), utilizando como – Cota-Parte do ICMS.....

III – Conclusão

Não houve omissão de receitas nem inconsistência material nas demonstrações contábeis do Município. As diferenças resolvidas pelo TCE/MT são meramente temporais e decorrem: do crédito conjunto de ICMS e IPI na mesma conta, sem detalhamento, de dados distinta (competência SEFAZ x caixa Município). Com a adoção das medidas descritas, as divergências serão eliminadas nos próximos relatórios anos.

Para deixar claro que não houve omissão de receitas anexo os extratos da referida conta corrente onde recebemos todos os recursos repassados pela SEFAZ-MT, Portanto, solicitamos que o presente apontamento seja considerado sanado, caso isto não seja do entendimento do eminente conselheiro que seja transformado em

determinações legais para que ajustemos nos exercícios seguintes.

Diferença do IPVA		
Mês	Bruto	Líquido (descontado o fundeb)
01/2024	R\$ 16.332,89	R\$ 13.058,40
02/2024	R\$ 12.572,21	R\$ 10.057,81
03/2024	R\$ 21.257,50	R\$ 17.006,12





04/2024	R\$ 31.573,75	R\$ 25.259,08
05/2024	R\$ 57.682,51	R\$ 46.146,08
06/2024	R\$ 59.981,80	R\$ 47.985,50
07/2024	R\$ 45.196,70	R\$ 36.157,42
08/2024	R\$ 18.929,03	R\$ 15.143,31
09/2024	R\$ 19.455,61	R\$ 15.564,57
10/2024	R\$ 20.350,99	R\$ 16.280,86
11/2024	R\$ 9.712,36	R\$ 7.769,96
12/2024	R\$ 14.119,79	R\$ 11.295,89
Total	R\$ 327.155,21	R\$ 261.725,00

Explicações: O relatório de auditoria informa os valores "brutos" de IPVA creditados à conta bancária do Município, enquanto nossos relatórios contábeis registram os valores "líquidos", já descontados a cota-parte designada ao Fundeb. Tal diferença foi interpretada como inconsistência. Diante dos esclarecimentos, solicitamos a DESCONSIDERAÇÃO do presente apontamento, por inexistir inconsistência contábil ou financeira. Como título de exemplo anexo aqui o relatório do Banco do Brasil do mês de janeiro de 2024 de repasse de IPVA.

Análise da Defesa:

Inicialmente vale destacar que o achado referente a essa irregularidade, no Relatório Preliminar, teve a seguinte redação:

3.3) Divergência entre as receitas registradas no Sistema Aplic em relação aos valores informados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN): Cota Parte FPM, e os valores informados pela SEFAZ/MT: Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA e Cota-Parte do IPI - Municípios - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

No relatório preliminar foi relatado que ao confrontar os valores das transferências constitucionais e legais registrados como receita arrecadada no Sistema Aplic com os valores informados pela STN e pela SEFAZ/MT, constatou-se uma diferença total em módulo de R\$ 333.552,10, conforme pode ser visualizada a seguir:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)	Diferença em módulo (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 11.631.967,95	R\$ 11.677.829,85	-R\$ 45.861,90	R\$ 45.861,90
Cota-Parte do ICMS	R\$ 15.785.347,83	R\$ 15.940.228,02	-R\$ 154.880,19	R\$ 154.880,19
Cota-Parte do IPVA	R\$ 327.155,22	R\$ 261.725,00	R\$ 65.430,22	R\$ 65.430,22
Cota-Parte do IPI - Municípios	R\$ 67.379,79	R\$ 0,00	R\$ 67.379,79	R\$ 67.379,79
Total da diferença em módulo				R\$ 333.552,10





Sendo agora analisado individualmente as diferenças:

- **Diferença do FPM**

Nas suas explicações considerou que se tratava de restituições repassadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (sede em Pontes e Lacerda-MT) de remunerações do servidor Valdair Carvalho, e não se tratava de Receita com FPM. Vale constar que não foi apresentada nenhuma documentação comprobatória destas restituições. Portanto, assumiu que foi registrado

- **Diferença do ICMS e de IPI**

Na justificativa quanto a essa diferença, é expressado que tanto a Cota-Parte do ICMS quanto a Cota-Parte do IPI – Os municípios são creditados pela SEFAZ /MT na mesma conta corrente e que os extratos bancários disponibilizados pelo agente financeiro não discriminam as duas receitas; exibem-nas de forma consolidada sob a rubrica genérica "ICMS – Estado".

Entretanto, ao analisar os extratos bancários (fls. 41 a 91) pode observar que há sim uma discriminação dessas receitas nestes documentos, já que as receitas do ICMS constam como histórico "RECEBIMENTO DE ICMS" e no caso de IPI constam como "Ordem Bancária".

Também, esta equipe técnica checkou todos os valores que constam nos extratos do ano de 2024 sendo os mesmo valores disponibilizados no site da SEFAZ.

A título de exemplificação, será demonstrado um mês desta checagem, o mês de setembro:

- **Site da SEFAZ, ICMS:**

Valor Total Arrecadado de ICMS	Fonte: FIPLAN FIP 729 deduzido Processos de Restituição						499.348.011,82
Valor Total Repassado de ICMS	22.247.395,47	159.585.550,48	176.535.879,75	106.027.556,14	24.501.165,63	10.559.040,63	499.456.588,10
Mês de Arrecadação	agosto/2024	agosto/2024	agosto/2024	agosto/2024	agosto/2024	agosto/2024	agosto/2024
Período do Crédito c/Float Financeiro (D+1)	02/08	05/08 a 09/08	12/08 a 16/08	19/08 a 23/08	26/08 a 30/08	02/09	02/08 a 02/09/2024
Data da Transferência	06/08/2024	13/08/2024	20/08/2024	27/08/2024	03/09/2024	10/09/2024	06/08 a 10/09/2024
MUNICÍPIO	Repasse	Repasse	Repasse	Repasse	Repasse	Repasse	TOTAL AGOSTO
SANTA CRUZ DO XINGU	77.648,53	556.990,28	616.150,82	370.060,56	85.514,70	36.853,48	1.743.218,37
Valor Total Arrecadado de ICMS	Fonte: FIPLAN FIP 729 deduzido Processos de Restituição						519.432.992,53





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Valor Total Repassado de ICMS	81.642.960,87	292.698.453,86	40.851.459,59	88.797.518,78	15.299.233,76	519.289.626,86
Mês de Arrecadação	09/2024	09/2024	09/2024	09/2024	09/2024	09/2024
Período do Crédito c/Float Financeiro (D+1)	03/09 a 06/09	09/09 a 13/09	16/09 a 20/09	23/09 a 27/09	30/09 a 01/10	03/09 a 01/10/2024
Data da Transferência	10/09/2024	17/09/2024	24/09/2024	01/10/2024	08/10/2024	10/09 a 08/10/2024
MUNICÍPIO	Repasse	Repasse	Repasse	Repasse	Repasse	TOTAL SETEMBRO
SANTA CRUZ DO XINGU	284.952,71	1.021.584,92	142.580,99	309.923,76	53.397,84	1.812.440,22

○ Site da SEFAZ, IPI:

Valor Total Arrecadado de IPI	41.179,46	1.029.486,66	1.070.666,12	2.844.163,56	792.357,59	440.246,08	4.076.767,23
Período do Crédito	09, 20 e 30/08/2024	09, 20 e 30/08/2024		09/08/2024	20/08/2024	30/08/2024	09/08 a 30/08/2024
Data da Transferência	09, 20 e 30/08/2024	09, 20 e 30/08/2024		09/08/2024	21/08/2024	02/09/2024	09/08 a 02/09/2024
MUNICÍPIO	PASEP MUNICIP	FUNDEB MUNICIP	* DEDUÇÕES (DDA)	REPASSE	REPASSE	REPASSE	TOTAL AGOSTO
SANTA CRUZ DO XINGU	143,73	3.593,15	3.736,88	9.926,78	2.765,51	1.536,56	14.228,85
Valor Total Arrecadado de IPI	44.951,54	1.123.788,73	1.168.740,27	1.950.995,62	788.467,80	1.710.739,96	4.450.203,38
Período do Crédito	10, 20 e 30/09/2024	10, 20 e 30/09/2024		10/09/2024	20/09/2024	30/09/2024	10/09 a 30/09/2024
Data da Transferência	10, 20 e 30/09/2024	10, 20 e 30/09/2024		11/09/2024	23/09/2024	02/10/2024	11/09 a 02/10/2024
MUNICÍPIO	PASEP MUNICIP	FUNDEB MUNICIP	* DEDUÇÕES (DDA)	REPASSE	REPASSE	REPASSE	TOTAL SETEMBRO
SANTA CRUZ DO XINGU	156,89	3.922,28	4.079,17	6.809,42	2.751,93	5.970,88	15.532,23

○ Extrato Bancário do mês de Maio:



Extrato de Conta Corrente

G33722171
22/07/24

Cliente - Conta atual

Agência 1135-5

Conta corrente 283147-3 PM SANTA CRUZ XINGU ICMS

Período do extrato 09/2024

Lançamentos

Dt movimento	Dt balancete	Histórico	Documento	Valor R\$
30/08/2024		Saldo Anterior		
02/09/2024	02/09/2024	+ Pix - Enviado	90.201	400.000,00 D
02/09/2024	02/09/2024	+ Tarifa Pix Enviado	832.461.100.241.018	10,00 D
02/09/2024	02/09/2024	+ Resgate Automático	1.972	400.010,00 C
03/09/2024	03/09/2024	+ Transferência recebida	551.135.000.009.119	180.000,00 C
03/09/2024	03/09/2024	+ Transferência recebida	551.135.000.009.180	70.000,00 C
03/09/2024	03/09/2024	+ Transferência recebida	551.135.000.016.287	310.000,00 C
03/09/2024	03/09/2024	RECEBIMENTO DE ICMS	350	85.514,70 C
03/09/2024	03/09/2024	+ Ordem Bancária	202.409.020.071.956	1.536,56 C
03/09/2024	03/09/2024	+ Ordem Bancária	202.409.020.072.076	840,38 C
03/09/2024	03/09/2024	+ Transferência enviada	553.989.000.024.121	390,00 D
03/09/2024	03/09/2024	+ Transferência enviada	553.989.000.030.292	19.000,00 D
03/09/2024	03/09/2024	COTA DAF-DEBITO	850	12.827,20 D
03/09/2024	03/09/2024	COTA DAF-DEBITO	850	17.102,94 D
03/09/2024	03/09/2024	+ Pix - Enviado	90.301	400.000,00 D
03/09/2024	03/09/2024	+ Tarifa Pix Enviado	862.471.200.044.976	10,00 D
03/09/2024	03/09/2024	+ BB-APLIC C.PRZ-APLAUT	1.972	198.561,50 D
04/09/2024	04/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.018.796	3.500,00 D
04/09/2024	04/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.018.796	3.500,00 D
04/09/2024	04/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.040.009	6.413,60 D
04/09/2024	04/09/2024	+ Transferência enviada	553.989.000.046.400	220,00 D
04/09/2024	04/09/2024	+ Pagamento de Boleto	90.401	4.088,78 D
04/09/2024	04/09/2024	+ Tarifa Pix Enviado	862.481.200.043.348	10,00 D
04/09/2024	04/09/2024	+ Resgate Automático	1.972	17.732,38 C
05/09/2024	05/09/2024	+ Ordem Bancária	202.409.040.034.215	527,68 C
05/09/2024	05/09/2024	+ Transferência enviada	550.139.000.068.957	9.710,00 D
05/09/2024	05/09/2024	+ Transferência enviada	551.135.000.001.530	4.531,51 D
05/09/2024	05/09/2024	+ Pix - Enviado	90.501	67,93 D
05/09/2024	05/09/2024	+ Impostos	90.502	140,00 D
05/09/2024	05/09/2024	+ Resgate Automático	1.972	13.921,76 C
06/09/2024	06/09/2024	+ Pagamento de Boleto	90.601	99,64 D





08/09/2024	08/09/2024	+	Pagamento de Boleto	90.602	99,64 D
08/09/2024	08/09/2024	+	Tarifa Pix Enviado	862.501.200.050.173	1,00 D
08/09/2024	08/09/2024	+	Resgate Automático	1.972	200,28 C
08/09/2024	08/09/2024	+	Transferência enviada	550.571.000.134.411	280,00 D
08/09/2024	08/09/2024	+	Transferência enviada	550.571.000.134.411	1.268,00 D
08/09/2024	08/09/2024	+	Transferência enviada	551.843.000.013.154	3.250,00 D
08/09/2024	08/09/2024	+	Transferência enviada	551.843.000.030.505	3.500,00 D
08/09/2024	08/09/2024	+	Pix - Enviado	90.901	10.000,00 D
08/09/2024	08/09/2024	+	Resgate Automático	1.972	18.298,00 C
10/09/2024	10/09/2024		RECEBIMENTO DE ICMS	350	284.952,71 C
10/09/2024	10/09/2024		RECEBIMENTO DE ICMS	350	36.853,48 C
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	551.216.000.092.682	1.762,50 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	551.843.000.005.731	128,00 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	551.843.000.005.731	189,90 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	551.843.000.040.009	24.135,00 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	552.755.000.127.691	3.808,00 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	552.755.000.127.691	11.900,00 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	553.989.000.000.040	140,10 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	553.989.000.027.026	2.935,62 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Transferência enviada	553.989.000.046.400	7.552,62 D
10/09/2024	10/09/2024		COTA DAF-DEBITO	850	42.742,90 D
10/09/2024	10/09/2024		COTA DAF-DEBITO	850	5.528,02 D
10/09/2024	10/09/2024		COTA DAF-DEBITO	850	56.990,54 D
10/09/2024	10/09/2024		COTA DAF-DEBITO	850	7.370,69 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Pagamento de Boleto	91.001	350,28 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Tarifa Pix Enviado	862.541.200.054.078	10,00 D
10/09/2024	10/09/2024	+	Contribuição	45.720	2.000,00 D
10/09/2024	10/09/2024	+	BB-APLIC C.PRZ-APLAUT	1.972	154.262,02 D
12/09/2024	12/09/2024	+	Ordem Bancária	202.409.110.029.343	6.809,42 C
12/09/2024	12/09/2024	+	BB-APLIC C.PRZ-APLAUT	1.972	6.809,42 D
13/09/2024	13/09/2024	+	Pagamento de Boleto	91.301	99,64 D
13/09/2024	13/09/2024	+	Resgate Automático	1.972	99,64 C
16/09/2024	16/09/2024	+	Transferência enviada	551.843.000.014.418	43,00 D
16/09/2024	16/09/2024	+	Transferência enviada	551.843.000.017.496	48,52 D
16/09/2024	16/09/2024	+	Transferência enviada	557.052.000.026.342	43,50 D
16/09/2024	16/09/2024	+	Resgate Automático	1.972	135,02 C
17/09/2024	17/09/2024		RECEBIMENTO DE ICMS	350	1.021.584,92 C
17/09/2024	17/09/2024	+	Transferência enviada	551.135.000.024.751	75.000,00 D
17/09/2024	17/09/2024	+	Transferência enviada	553.989.000.033.138	9.480,81 D
17/09/2024	17/09/2024		COTA DAF-DEBITO	850	153.237,73 D
17/09/2024	17/09/2024		COTA DAF-DEBITO	850	204.316,98 D
17/09/2024	17/09/2024	+	BB-APLIC C.PRZ-APLAUT	1.972	579.549,40 D
19/09/2024	19/09/2024	+	Transferência enviada	551.843.000.011.221	90,00 D
19/09/2024	19/09/2024	+	Transferência enviada	553.989.000.033.916	680,00 D
19/09/2024	19/09/2024	+	Transferência enviada	553.989.000.033.916	45,00 D
19/09/2024	19/09/2024	+	Pagamento de Boleto	91.601	194,60 D
19/09/2024	19/09/2024	+	Resgate Automático	1.972	1.009,60 C
20/09/2024	20/09/2024	+	Impostos	92.001	20.417,08 D
20/09/2024	20/09/2024	+	Pagamento de Boleto	92.002	4.088,79 D
20/09/2024	20/09/2024	+	Pagamento de Boleto	92.003	4.088,78 D
20/09/2024	20/09/2024	+	Resgate Automático	1.972	28.594,65 C
23/09/2024	23/09/2024	+	Transferência enviada	553.989.000.045.605	310,00 D
23/09/2024	23/09/2024	+	Pagamento de Boleto	92.301	601,50 D
23/09/2024	23/09/2024	+	Pagamento de Boleto	92.302	193,48 D
23/09/2024	23/09/2024	+	Pagamento de Boleto	92.303	7.718,79 D
23/09/2024	23/09/2024	+	Pagamento de Boleto	92.304	1.732,47 D
23/09/2024	23/09/2024	+	Pagamento de Boleto	92.305	10.387,40 D





23/09/2024	23/09/2024	+ Pagamento de Boleto	92.306	18.397,78 D
23/09/2024	23/09/2024	+ Pagamento de Boleto	92.306	1.346,10 D
23/09/2024	23/09/2024	+ Resgate Automático	1.972	31.289,83 C
24/09/2024	24/09/2024	RECEBIMENTO DE ICMS	350	142.580,99 C
24/09/2024	24/09/2024	+ Ordem Bancária	202.409.230.074.072	2.751,93 C
24/09/2024	24/09/2024	+ Ordem Bancária	202.409.230.074.215	852,30 C
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	550.571.000.134.411	18.750,00 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	551.216.000.092.682	250,50 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	551.216.000.092.682	1.085,50 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.005.731	189,90 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.017.496	1.447,76 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.017.496	56,40 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.017.496	41,76 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.040.009	71.510,94 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	558.687.000.076.812	606,04 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	558.687.000.076.812	121,33 D
24/09/2024	24/09/2024	+ Transferência enviada	558.687.000.076.812	909,71 D
24/09/2024	24/09/2024	COTA DAF-DEBITO	850	21.387,14 D
24/09/2024	24/09/2024	COTA DAF-DEBITO	850	28.516,19 D
24/09/2024	24/09/2024	+ BB-APLIC C.PRZ-APLAUT	1.972	3.312,05 D
25/09/2024	25/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.040.009	10.693,57 D
25/09/2024	25/09/2024	+ Pix - Enviado	92.501	400.000,00 D
25/09/2024	25/09/2024	+ Resgate Automático	1.972	410.693,57 C
26/09/2024	26/09/2024	+ Ordem Bancária	202.409.250.191.476	581,29 C
26/09/2024	26/09/2024	+ Transferência enviada	550.046.000.050.423	2.650,00 D
26/09/2024	26/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.030.942	889,48 D
26/09/2024	26/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.030.942	209,50 D
26/09/2024	26/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.030.942	481,78 D
26/09/2024	26/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.030.942	1.819,31 D
26/09/2024	26/09/2024	+ Transferência enviada	551.843.000.030.942	5.260,03 D
26/09/2024	26/09/2024	+ Transferência enviada	557.138.000.054.407	3.159,54 D
26/09/2024	26/09/2024	+ Tarifa Pix Enviado	872.701.200.059.136	10,00 D
26/09/2024	26/09/2024	+ Resgate Automático	1.972	13.878,35 C
27/09/2024	27/09/2024	+ Transferência enviada	550.046.000.102.094	1.300,00 D
27/09/2024	27/09/2024	+ Transferência enviada	551.135.000.024.751	100.000,00 D
27/09/2024	27/09/2024	+ Impostos	92.701	250,00 D
27/09/2024	27/09/2024	+ Pix - Enviado	92.702	100.000,00 D
27/09/2024	27/09/2024	+ Resgate Automático	1.972	201.550,00 C
30/09/2024	30/09/2024	+ Transferência enviada	551.135.000.024.751	22.516,21 D
30/09/2024	30/09/2024	+ Tarifa Pix Enviado	832.741.200.094.183	10,00 D
30/09/2024	30/09/2024	+ Resgate Automático	1.972	22.528,21 C
30/09/2024		SALDO		

Além de que observa-se que no caso dos lançamentos apresentados na manifestação da defesa observa-se que vários desses não se trata de Receita de IPI.

A título de exemplificação, tem-se que no mês de setembro houve os seguintes lançamentos de receitas de IPI, totalizando o montante de R\$ 11.097,91

- dia 03/09/2024: R\$ 1.536,56





- dia 12/09/2024: R\$ 6.809,42

- dia 24/09/2024: R\$ 2.751,93

Entretanto, na manifestação da defesa foi apresentado que no mês de setembro, houve lançamento de receitas de IPI no montante de R\$ 13.899,56, conforme pode ser visualizado a seguir:

03/09/2024	R\$ 2.376,94
05/09/2024	R\$ 527,68
12/09/2024	R\$ 6.809,42
24/09/2024	R\$ 3.604,23
26/09/2024	R\$ 581,29

- **Diferença do IPVA**

Foi justificado pelo defendente que "o relatório de auditoria informa os valores "brutos" de IPVA creditados à conta bancária do Município, enquanto nossos relatórios contábeis registram os valores "líquidos", já descontados a cota-parte designada ao Fundeb."

Procede o que foi apresentado pelo gestor, entretanto, observa-se que o valor referente ao FUNDEB, foi deduzido do IPI conforme pode ser visualizado no Apêndice A do relatório preliminar, e demonstrado a seguir:

APÊNDICE – A

Transferências do Estado

- O total dos valores de receitas brutas repassados pelo estado no decorrer do exercício:

Receita	ICMS	IPI	IPVA
Dez/2023 (Transferido em jan/2024)	73.090,27	1.164,69	155,07
jan/24	1.643.429,81	8.511,20	18.705,42
fev/24	1.510.121,27	8.852,11	10.034,61
mar/24	1.538.911,35	10.399,62	22.311,26
abr/24	1.475.862,93	8.993,58	31.797,45
mai/24	1.523.737,18	9.466,05	76.077,08
jun/24	1.594.380,84	11.894,74	43.712,69
iul/24	1.667.657,87	10.513,93	45.163,79





ago/24	1.743.218,37	14.228,85	20.256,85
set/24	1.812.440,22	15.532,23	18.144,45
out/24	1.782.706,98	10.545,30	19.367,43
nov/24	1.922.511,48	11.710,90	9.882,86
dez/24	1.807.093,86	13.748,63	12.286,12
Dez/2024 (Transferido em jan/2025)	363.477,97	2.751,82	739,86
RECEITA BRUTA - 2024*	19.731.684,46	132.810,01	327.155,22

*Fonte: <https://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/fundo-de-participacao-dos-municipios>

- Deduções da receita que consta no Sistema APLIC:

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 ::

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes Mensais Informes Envio Imediato Auditoria Impressões Cruzar

Receita Orçamentária				
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções				
Receita Orçamentária				
Consulta parametrizada				
Informe o mês de referência		Dados consolidados do Ente		Título (Digite para localizar)
DEZEMBRO		* Considera os dados acumulados até a última carga enviada		
Títulos	E...	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada... Receita Realizada...
DEDUÇÕES PARA FUNDEB				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	N	RECEITAS CORRENTES	-6.310.144,80	-6.310.144,80 -6.827.893,94
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	N	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-6.310.144,80	-6.310.144,80 -6.827.893,94
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	N	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-3.091.284,00	-3.091.284,00 -2.816.127,09
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00	N	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA ...	-3.091.284,00	-3.091.284,00 -2.816.127,09
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	N	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	-2.980.881,00	-2.980.881,00 -2.575.622,45
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00	N	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ...	-2.980.881,00	-2.980.881,00 -2.575.622,45
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00	S	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COT...	-2.980.881,00	-2.980.881,00 -2.575.622,45
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00	N	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RU...	-110.403,00	-110.403,00 -240.504,64
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	S	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL ...	-110.403,00	-110.403,00 -240.504,64
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	N	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS...	-3.218.860,80	-3.218.860,80 -4.011.766,85
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00	N	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	-3.218.860,80	-3.218.860,80 -4.011.766,85
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	N	COTA-PARTE DO ICMS	-3.152.619,00	-3.152.619,00 -3.946.336,63
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00	S	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	-3.152.619,00	-3.152.619,00 -3.946.336,63
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	N	COTA-PARTE DO IPVA	-66.241,80	-66.241,80 -65.430,22
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00	S	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	-66.241,80	-66.241,80 -65.430,22

O total dos valores de receitas líquidas (receita bruta – deduções):

Receita	ICMS	IPI	IPVA
RECEITA BRUTA - 2024*	19.731.684,46	132.810,01	327.155,22
Deduções - SISTEMA APLIC**	-3.946.336,63	-65.430,22	0,00
RECEITA LÍQUIDA - 2024	15.785.347,83	67.379,79	327.155,22

*Fonte: <https://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/fundo-de-participacao-dos-municipios>

*Fonte: Sistema APLIC/Receita Orçamentária - Títulos 1.7.2.1.50.0.1.00.00.00 e 1.7.2.1.51.0.1.00.00.00

Sendo assim, observa-se que o último quadro consta como deduções do Fundeb no IPI, sendo agora feito como dedução nas receitas do IPVA, conforme consta a seguir:

Receita	ICMS	IPI	IPVA
RECEITA BRUTA - 2024*	19.731.684,46	132.810,01	327.155,22
Deduções - SISTEMA APLIC**	-3.946.336,63	0,00	-65.430,22
RECEITA LÍQUIDA - 2024	15.785.347,83	132.810,01	261.725,00

*Fonte: <https://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/fundo-de-participacao-dos-municipios>





<https://portal.tce.mt.gov.br/portal/contas/contas-de-participacao-dos-municipios>

*Fonte: Sistema APLIC/Receita Orçamentária - Títulos 1.7.2.1.50.0.1.00.00.00 e 1.7.2.1.51.0.1.00.00.00

Sendo assim, foi justificada a diferença que foi apontada quanto ao IPVA.

Mediante a análise apresentada, fica mantido o apontamento em questão já que mesmo depois da análise da defesa os valores das transferências constitucionais e legais registrados como receita arrecadada no Sistema Aplic com os valores informados pela STN e pela SEFAZ/MT, constatou-se uma diferença total em módulo de R\$ 333.552,10, nas receitas Cota Parte de FPM, ICMS e IPI-Municípios, conforme pode ser visualizada a seguir:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)	Diferença em módulo (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 11.631.967,95	R\$ 11.677.829,85	-R\$ 45.861,90	R\$ 45.861,90
Cota-Parte do ICMS	15.785.347,83	R\$ 15.940.228,02	-R\$ 154.880,19	R\$ 154.880,19
Cota-Parte do IPVA	261.725,00	R\$ 261.725,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	132.810,01	R\$ 0,00	R\$ 132.810,01	R\$ 132.810,01
Total da diferença em módulo				R\$ 333.552,10

Resultado da Análise: MANTIDO

4) DA03 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_03. Déficit de execução orçamentária em fonte/destinação de recurso no encerramento do exercício financeiro (art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa do TCE-MT nº 43/2013).

4.1) *Déficit de execução orçamentária no montante de -R\$ 857.557,34 nas fontes: 552 (-R\$ 27.369,57), 569 (-R\$ 538.234,39), 605 (-R\$ 92,02), 700 (-R\$ 246.675,79), 715 (-R\$ 32.158,57) e 716 (-R\$ 13.027,00), em descumprimento ao disposto no art. 9º da LRF - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:





Fonte	Receita Exercício (a)	Empenhado Exercício (b)	Saldo do Exercício (d) (a-b)	Saldo Superávit (e)	Empenhado Superávit (f)	Saldo do exercício (g) (d-f)	Saldo para o exercício seguinte
552	71.316,14	98.685,71	-27.369,57	27.572,03	27.572,03	202,45	202,45

Em relação à fonte 552 trazemos os seguintes esclarecimentos. No relatório do quadro 5.3 faltou lançar na coluna (e) o valor de 27.572,03, como poderemos observar nos lançamentos abaixo do mesmo quadro, exemplo fonte 569. Desta forma, a fonte não está deficitária como foi anotado pela equipe técnica. Portanto, solicitamos que seja desconsiderado presente apontamento.

Fonte	Receita Exercício (a)	Empenhado Exercício (b)	Saldo do Exercício (d) (a-b)	Saldo Superávit (e)	Empenhado Superávit (f)	Saldo do exercício (g) (d-f)	Saldo para o exercício seguinte
569	138.765,75	712.672,21	-573.906,46	546.933,74	35.672,07	-538.234,39	38.478,22

Quanto à situação da fonte 569 esclarecemos o seguinte: em 02/09/2024 houve a celebração de termo compromisso nº 958022-4 entre o município de Santa Cruz do Xingu - MT e o Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento d Educação MEC-FNDE, para aquisição de um ônibus escolar no valor de 677.000,00 (seiscentos e setenta e sete mil reais), naquela data foi aprovada a lei municipal nº 737/2024 abrindo um credito adicional especial no valor de 677.000,00, emitimos o empenho nº 6567/2024 no valor de 677.000,00. Ocorre que o valor acordado foi transferido somente em 10/02/2025, passando para o exercício de 2025 como restos a pagar. Para comprovar nossas alegações senguem anexos copias do termo supracitado, copia da lei municipal nº 737/2024 e cópia do extrato bancário para comprar o repasse dos recursos.

Fonte	Receita Exercício (a)	Empenhado Exercício (b)	Saldo do Exercício (d) (a-b)	Saldo Superávit (e)	Empenhado Superávit (f)	Saldo do exercício (g) (d-f)	Saldo para o exercício seguinte
605	62.138,18	67.690,59	-5.552,41	5.464,33	5.460,39	-92,02	21,67





Quanto a situação da fonte 605, apesar de ficar com um valor insignificante como negativo, porém apresenta em seu resultado final um valor positivo, portanto, este aprontamento deverá ser desconsiderado em virtude de ser irrisório para sustentar um apontamento de natureza gravíssima em uma contas de governo, por outro lado a fonte continua superavitária como se vislumbra no quadro citado.

Fonte	Receita Exercício (a)	Empenhado Exercício (b)	Saldo do Exercício (d) (a-b)	Saldo Superávit (e)	Empenhado Superávit (f)	Saldo do exercício (g) (d-f)	Saldo para o exercício seguinte
700	157.404,21	404.080,00	-246.675,79	625.645,73	0,00	-246.675,79	124.063,14

Quanto à situação da fonte 569 esclarecemos o seguinte: Em 29/12/2021 houve a celebração de nº 921350/2021 entre o município de Santa Cruz do Xingu - MT e a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM no valor de 263.362,14, ocorre que o plano de aplicação detalhado foi aprovado em 18/07/2024, para suportar a inserção do crédito adicional especial ao orçamento de 2024 no valor de 263.362,14 foi aprovada a lei municipal nº 733 /2024 desta forma, portanto, emitimos os empenhos nºs 6273/2024 e 6274/2024 nos respectivos valores 217.000,00 e 30.500,00, ocorre que o valor acordado não foi transferido até o presente momento, passando para o exercício de 2025 como restos a pagar. Para comprovar nossas alegações senguem anexos copias do termo, copia da lei municipal nº 733/2024.

Fonte	Receita Exercício (a)	Empenhado Exercício (b)	Saldo do Exercício (d) (a-b)	Saldo Superávit (e)	Empenhado Superávit (f)	Saldo do exercício (g) (d-f)	Saldo para o exercício seguinte
715	2.219,34	34.377,91	-32.158,57	32.158,57	0,00	-32.158,57	0,00

O aparente déficit da fonte 715 na verdade não ocorreu, pois tínhamos o valor 32.158,57 de superávit de exercícios anteriores recebidos do Governo do Estado de Mato Grosso como apoio financeiro nos termos do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 195/2022 - Paulo Gustavo-como Município de Santa Cruz do Xingu - MT não executou as ações estabelecidas houve-se a





necessidade de devolver os recursos, para que isto acontecesse solicitamos autorização legislativa que resultou na edição da lei municipal nº 767/2024 de 09 /12/2024. juntando o saldo de exercícios anteriores e os valores de rendimentos financeiros do exercício de 2024, totalizou-se o valor de 34.377,91. Desta forma, após receber a autorização de devolução dos recursos emitimos o empenho nº 7196/2024 no valor R\$ 34.377,91. Segue anexa uma cópia da referida lei e do referido empenho.

Fonte	Receita Exercício (a)	Empenhado Exercício (b)	Saldo do Exercício (d) (a-b)	Saldo Superávit (e)	Empenhado Superávit (f)	Saldo do exercício (g) (d-f)	Saldo para o exercício seguinte
716	899,03	13.926,03	-13.027,00	13.027,00	0,00	-13.027,00	0,00

O aparente déficit da fonte 715 na verdade não ocorreu, pois tínhamos o valor 13.027,00 de superávit de exercícios anteriores recebidos do Governo do Estado de Mato Grosso como apoio financeiro nos termos do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 195/2022 - Paulo Gustavo-como Município de Santa Cruz do Xingu - MT não executou as ações estabelecidas houve-se a necessidade de devolver os recursos, para que isto acontecesse solicitamos autorização legislativa que resultou na edição da lei municipal nº 767/2024 de 09 /12/2024. juntando o saldo de exercícios anteriores e os valores de rendimentos financeiros do exercício de 2024, totalizou-se o valor de 13.926,03. Desta forma, após receber a autorização de devolução dos recursos emitimos o empenho nº 7197/2024 no valor R\$ 13.926,03. Segue anexa uma cópia da referida lei e do referido empenho.

O entendimento do TCE-MT é cristalino acerca de utilização de superávit orçamentário para cobertura de despesas de anos seguintes, vejamos o seguinte julgamento.

*PROCESSO ASSUNTO ÓRGÃO 17.401-7/2017 CONTAS ANUAIS
DE GOVERNO - EXERCÍCIO DE 2017 PREFEITURA MUNICIPAL
DE CANABRAVA DO NORTE RESPONSÁVEL JOÃO CLEITON*





*ARAÚJO DE MEDEIROS - PREFEITO ADVOGADO RELATORA 61.
NÃO CONSTA CONSELHEIRA INTERINA JAQUELINE JACOBSEN
MARQUES RAZÕES DO VOTO*

3) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA GRAVÍSSIMA. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, "b" e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, "b", da Lei 4.320/1964).

3.1) Houve déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 167.947,27. DA02 - Tópico - 5.2.3. Resultado da Execução Orçamentária - quociente do resultado da execução orçamentária (QREO).

No caso em tela, observo que a SECEX deixou de considerar o superávit financeiro do exercício anterior, apontando o déficit de execução orçamentária no exercício de 2017. Porém, o superávit financeiro do exercício anterior deve ser considerado para fins de resultado financeiro do exercício seguinte,

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. 111. Em primeira análise no Balanço Orçamentário de 2017 foi constatado o déficit orçamentário. Esse desequilíbrio ocorreu porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência.

Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal,





visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação.

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, via de regra, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e define-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício.

No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária.

Dessa forma, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada no Balanço Orçamentário pode ser verificado (sem influenciar o seu resultado) somando-se os valores dos saldos de exercícios anteriores, constantes da coluna previsão atualizada, e confrontando-se esse montante com o total da coluna dotação atualizada .

Após esclarecer que todas as fontes apontadas como deficitárias na verdade tem saldos positivos, solicito que este apontamento seja considerado como sanado.

Análise da Defesa:

Primeiramente, vale constar que por meio do Quadro 5.3, Anexo 5, deste relatório, pode-se constatar que houve um déficit da execução orçamentária no montante de -R\$ 857.557,34, uma vez que a receita arrecadada foi menor do que a despesa realizada, nas seguintes fontes:

FONTE	Identificação de Recursos	Resultado Execução Orçamentária Ajustado
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-R\$ 27.369,57
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	-R\$ 538.234,39
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da	-R\$ 92,02
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos	-R\$ 246.675,79





	Congêneres da União	
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	-R\$ 32.158,57
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	-R\$ 13.027,00
	Total	-R\$ 857.557,34

Analisando as alegações do gestor, deve constar que quanto a fonte 552 não procede a afirmação do defendente de ter faltado de lançar na coluna (e) o valor de 27.572,03 no quadro 5.3 do relatório preliminar, já que conforme exposto a seguir esta é apresentada neste demonstrativo:

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)	
552	Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 71.316,14	R\$ 98.685,71	-R\$ 27.369,57	R\$ 27.572,03	R\$ 27.572,03	R\$ 0,00	-R\$ 27.369,57	R\$ 202,46

Vale constar que embora o cálculo tradicional do resultado de execução orçamentária abranja somente as receitas realizadas e as despesas efetuadas no decorrer do exercício financeiro, o item 6 do Anexo da Resolução TCE-MT n.o 43/2013 prevê que o superávit do exercício anterior que tenha sido utilizado mediante abertura de créditos adicionais deve ser considerado na apuração do resultado orçamentário:

6. Para fins de apuração do Resultado da Execução Orçamentária, deve-se considerar juntamente com a receita arrecadada no exercício o valor do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior utilizado para abertura ou reabertura de créditos adicionais.

Portanto, os saldos de superávit apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior que tenha dado suporte ao empenhamento das despesas no exercício é considerado no cálculo do resultado orçamentário em adição às receitas, amenizando a ocorrência de déficits que porventura tenham ocorrido em função de despesas cujos recursos são provenientes do superávit. Nas fontes 552 não empenho de despesas com recursos do superávit.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

No caso da fonte 569 havia um saldo de superávit de R\$ 546.933,74, sendo desse total empenhado somente o valor de R\$ 35.672,07. Considerando que, em 2024 essa fonte obteve um resultado de execução orçamentária de -R\$ 573.906,46, temos:

Então: -R\$ 573.906,46 + R\$ 35.672,07 = resultado de execução ajustado de -R\$ 548.234,39

Observa-se que todas as fontes apresentadas há um déficit de execução: 552 (-R\$ 27.369,57), 569 (-R\$ 538.234,39), 605 (-R\$ 92,02), 700 (-R\$ 246.675,79), 715 (-R\$ 32.158,57) e 716 (-R\$ 13.027,00), inclusive tal déficit pode ser visualizado no layout do Sistema APLIC:

Créditos Adicionais financiados por superávit financeiro									
Créditos Adicionais									
Consultar parametrizada									
Dados consolidados do Ente									
Considere os dados acumulados até a última carga enviada									
F...	Descrição da fonte de recurso(b)	Superávit/Déficit Finan...	Cancelamento d...	Superávit/Déficit Finan...	Créditos Adicionais por Sup...	Créd. Adic. abertos sem diapo...	Empenhado com Recurso do Superávit FL...		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	1.823.685,25	556.933,76	2.380.619,01	1.644.940,71	0,00	1.338.321,63		
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	283.511,46	0,00	283.511,46	213.895,56	0,00	171.000,00		
540	Transferências do FUNDEF Impostos e Transferências de Impostos	32.733,87	0,00	32.733,87	0,00	0,00	0,00		
550	Transferência do Salário Educação	213.331,65	3.442,36	216.774,01	213.000,00	0,00	158.953,81		
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	27.572,03	0,00	27.572,03	27.572,03	0,00	27.572,03		
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	0,00	0,00	0,00	372,00	372,00	0,00		
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	546.933,74	65.450,05	612.383,79	540.974,68	0,00	35.672,07		
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	168.116,18	0,00	168.116,18	168.116,18	0,00	167.772,05		
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	141.023,26	0,00	141.023,26	141.023,26	0,00	0,00		
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	24.140,01	0,00	24.140,01	24.141,01	1,00	11.243,45		
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bico de Manutenção das Agênc e Se...	257.276,46	55.780,63	313.057,09	257.276,46	0,00	115.085,07		
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bico de Estruturação da Rede de Ser...	57.560,19	0,00	57.560,19	57.560,19	0,00	1.250,00		
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bico de Manutenção das Agênc e Ser...	116.969,97	0,00	116.969,97	116.969,97	0,00	116.969,97		
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermag...	5.464,33	0,00	5.464,33	5.464,33	0,00	5.464,33		
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	334.068,92	0,00	334.068,92	334.068,92	0,00	279.787,86		
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	50.947,00	0,00	50.947,00	50.947,00	0,00	17.214,07		
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	263.313,22	112.724,71	376.037,93	263.313,22	0,00	216.602,97		
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	15.852,43	0,00	15.852,43	15.852,43	0,00	2.216,66		
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	22.539,76	0,00	22.539,76	22.539,73	0,00	16.659,00		
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	625.645,73	0,00	625.645,73	0,00	0,00	0,00		
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	71.182,37	9.971,49	81.153,86	68.349,30	0,00	56.802,88		
711	Demais Transferências Originais não Decorrentes de Reparações de Recotas	2.046.033,48	0,00	2.046.033,48	725.349,04	0,00	612.500,00		
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Audiovisual	32.158,57	0,00	32.158,57	0,00	0,00	0,00		
716	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	13.027,00	0,00	13.027,00	0,00	0,00	0,00		
750	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.933,93	0,00	12.933,93	12.933,93	0,00	11.146,16		
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	228.911,17	0,00	228.911,17	228.911,17	0,00	69.650,64		
759	Recursos Vinculados a Fundos	370.822,60	0,00	370.822,60	370.822,60	0,00	99.104,59		
SOMA		7.787.751,58	804.363,06	6,00	5.506.110,79	373,99	3.530.822,55		

Destaca-se que no quadro 5.3 contempla o valor total contido neste layout do APLIC, conforme pode ser visualizado a seguir:

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <= 0; 0; Se (d) > (e); (e)-(d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >= 0; (c); (c) + f	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
751	o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 312.670,31	R\$ 293.354,16	R\$ 19.316,15	R\$ 228.911,17	R\$ 69.650,64	R\$ 69.650,64	R\$ 19.316,15	R\$ 301.434,01
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.242.919,20	R\$ 1.223.979,39	R\$ 18.939,81	R\$ 370.822,60	R\$ 99.104,59	R\$ 99.104,59	R\$ 18.939,81	R\$ 389.762,41
		R\$ 18.709.750,21	R\$ 13.715.975,07	R\$ 4.993.775,14	R\$ 5.680.554,87	R\$ 2.021.500,92	R\$ 1.993.928,89	R\$ 6.632.408,03	R\$ 10.811.144,65
Recursos utilizados na UG RPPS									
>>>>	>>>>	R\$ 53.711.789,52	R\$ 44.505.127,15	R\$ 9.206.662,37	R\$ 7.787.756,08	R\$ 3.530.822,55	R\$ 3.503.250,52	R\$ 11.016.295,26	R\$ 18.012.926,01

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte > Superávit Financeiro > Incluir RPPS > Dados Consolidados do Ente





Sendo assim, as despesas empenhadas decorrentes de superávit financeiro já estão contempladas nos cálculos apresentados por esta Corte de Contas. Neste ponto é interessante ressaltar que nas fontes 562 e 569 não houve empenho de despesas com recursos do superávit.

Vale constar que um dos principais pilares do Direito Financeiro consiste no Princípio do Equilíbrio das Contas Públicas, que encontra fundamento normativo no § 1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 1º [...] § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Para preservar o princípio do equilíbrio, a LRF previu mecanismos, como a promoção de limitação de empenho e movimentação financeira, quando constatados riscos à concretização das metas fiscais, nos termos do artigo 9º da LRF.

Todavia, é verdade que, ainda que a execução orçamentária se revele deficitária, exsurge sempre o dever de se avaliar as circunstâncias atenuantes favoráveis ao gestor, como a frustração de receitas, o montante de despesas não contingenciáveis e até mesmo a possibilidade fática de exercício desse dever.

Por esse motivo, esta Corte cuidou de prever uma hipótese normativa explícita de circunstâncias atenuantes das irregularidades relacionadas à execução orçamentária, como se pode observar da redação dos itens 11 e 12 do Anexo Único da Resolução Normativa n.º 43/2013:





11. *Constitui atenuante da irregularidade a existência de déficit da execução orçamentária causado por atraso ou não recebimento de repasses financeiros relativos a transferências constitucionais, legais ou voluntárias cujo repasse estava programado para o exercício, mas não fora efetuado por descumprimento de obrigação exclusiva do ente repassador/concedente, desde que o ente recebedor tenha contraído e empenhado obrigações de despesas a serem custeadas com os recursos em atraso.*

12. *Constituem atenuantes da irregularidade: a) existência de créditos a receber correspondentes à falta de repasse de transferências constitucionais, legais ou voluntárias efetivamente programadas para o exercício, desde que o ente recebedor tenha contraído e empenhado obrigações de despesas a serem custeadas com os recursos em atraso;*

(...)

17. O déficit de execução orçamentária deve ser apurado exclusivamente nos processos de contas anuais de governo e deve ser classificado como irregularidade gravíssima, podendo levar à emissão de parecer prévio contrário ao julgamento das contas, a depender do valor do déficit, do comprometimento do endividamento público e da presença de situações agravantes ou atenuantes da irregularidade (nosso grifo)

Sendo assim, mesmo considerando que nas fontes 569 e 700 houve repasse financeiro somente no ano de 2025, pode-se tratar de atenuante a este apontamento, ficando a juízo do Conselheiro Relator de utilizar ou não.

Além de que vale aqui ressaltar o que é apresentado no constante no Boletim de Jurisprudência (Edição Consolidada/fevereiro de 2014 a dezembro de 2022, fl. 14):

Contabilidade. Superávit financeiro de exercício anterior. Compensação de déficit de execução orçamentária. O valor do





superávit financeiro do exercício anterior, não utilizado como fonte de recurso financeiro para abertura de créditos adicionais por meio de autorização legislativa, não pode compensar o déficit de execução orçamentária do exercício corrente, nem representa fator atenuante ou excludente da irregularidade caracterizada por esse déficit. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Domingos Neto. Parecer Prévio nº 141/2014-TP. Julgado em 02/12/2014. Publicado no DOC /TCEMT em 15/12/2014. Processo nº 7.663-5/2014).

Contabilidade. Superávit financeiro do exercício anterior. Déficit na execução orçamentária. Compensação. Notas explicativas no balanço orçamentário. 1. O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, deve ser computado no cálculo do resultado da execução orçamentária do exercício em referência, tendo em vista que a abertura e a execução de créditos adicionais suportados por superávit financeiro implica na existência de despesa realizada sem necessidade da arrecadação de receita orçamentária, sem, contudo, haver prejuízo ao princípio do equilíbrio de caixa estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. Deve-se indicar, no balanço orçamentário, notas explicativas que esclareçam a utilização de recursos do superávit financeiro do exercício anterior, no resultado orçamentário do exercício corrente, além da apuração detalhada desses valores, de forma a possibilitar a correta interpretação das informações.

(Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Luiz Carlos Pereira. Parecer Prévio nº 10 /2014-TP. Julgado em 08/07 /2014. Publicado no DOC/TCE-MT em 21/07/2014. Processo nº 7.550- 7 /2014).





Porém o item 12 do Anexo da Resolução 43/2013 dispõe que o superávit verificado por fonte ao final do exercício constitui atenuante quanto ao déficit de execução do exercício:

o saldo de superávit do exercício analisado não é utilizado na apuração do Resultado de Execução Orçamentária, conforme preceitua o item 8 do Anexo da Resolução Normativa nº 43/2013 TCE/MT pode configurar atenuante da irregularidade:

8. O valor do superávit financeiro apurado no balanço do exercício em análise não deve ser considerado na apuração do Resultado da Execução Orçamentária, contudo pode configurar fator atenuante da irregularidade. Grifo nosso

Neste ponto é interessante ressaltar que houve fontes que tiveram superávit no final do exercício nas Contas de Governo de 2024, conforme apresentado a seguir:

- **Fonte 552:** Superávit Financeiro de R\$ 202,46 com o Resultado Execução de -R\$ 27.369,57
- **Fonte 569:** Superávit Financeiro de R\$ 38.478,22 com o Resultado Execução de -R\$ 538.234,39
- **Fonte 605:** Superávit Financeiro de R\$ 21,67 com o Resultado Execução de -R\$ 92,02
- **Fonte 700:** Superávit Financeiro de R\$ 124.063,14 com o Resultado Execução de -R\$ 246.675,79

Nestes casos o Conselheiro Relator, pode-se tratar de atenuante a este apontamento o caso de superávit financeiro nestas fontes, ficando a juízo do Conselheiro Relator de utilizar ou não.

Portanto, considerando que, conforme demonstrado o cálculo do resultado orçamentário observou as disposições da Resolução Normativa TCE-MT n. 43/2013, opina-se pela manutenção da irregularidade.

Resultado da Análise: MANTIDO





5) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

5.1) *Houve a abertura de créditos adicionais de R\$ 450.000,00 por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação na fonte 700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Para esclarecer que não agimos de forma irresponsável e a revelia da legislação esclarecemos o que segue:

Fonte	Esclarecimentos
569	Em 02/09/2024 houve a celebração de termo compromisso nº 958022-4 entre o município de Santa Cruz do Xingu - MT e o Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento d Educação MEC-FNDE, para aquisição de um ônibus escolar no valor de 677.000,00 (seiscentos e setenta e sete mil reais), naquela data foi aprovada a lei municipal nº 737/2024 abrindo um credito adicional especial no valor de 677.000,00. Ocorre que o valor acordado foi transferido somente em 10/02/2025, passando para o exercício de 2025 como restos a pagar. Para comprovar nossas alegações senguem anexos copias do termo supracitado, copia da lei municipal nº 737/2024 e cópia do extrato bancário para comprar o repasse dos recursos.
600	Após ter recebido uma Transferência do Ministério da Saúde proveniente do Governo Federal, Proposta 36000588941202400 Emenda Parlamentar Nº 43270001 Deputada Federal Coronel Fernanda no valor de 100.000,00. O repasse foi realizado no dia 04/07/2024 na conta bancaria c/c: 276634. Solicitamos autorização legislativa para inclusão de dotações orçamentárias no exercício de 2024, isto foi feito conforme lei municipal 730/2024. Seguem anexa uma cópia da lei municipal citada, bem como, a proposta de incremento do Ministério da Saúde.





621	<p>Após ter recebido as transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, através de EMENDA PARLAMENTAR N° 211/2024, TERMO DE COMPROMISSO N° 232/2024 no valor de 300.000,00, repasse realizado no dia 11/06/2024 na conta bancária c/c: 2992-0. Solicitamos autorização legislativa para inclusão do referido crédito no orçamento de 2024, isto aconteceu após a sanção da lei 727/2025 de 02/07/2024 e de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, através de EMENDA PARLAMENTAR N° 209/2024, TERMO DE COMPROMISSO N° 077/2024 Emenda Dep. Claudio no valor de 100.000,00, repasse realizado no dia 04/07/2024 na conta bancária c/c: 29960-0. Solicitamos autorização legislativa para inclusão do referido crédito no orçamento de 2024, isto aconteceu após a sanção da lei 729/2024 de 05/08/2024. Seguem anexas cópias das leis supracitadas.</p>
700	<p>Em 29/12/2021 houve a celebração de nº 921350/2021 entre o município de Santa Cruz do Xingu - MT e a foram repassados este ano. Solicitamos autorização legislativa para inclusão do referido crédito no orçamento de 2024, insto ocorreu pela aprovada a lei municipal nº 733/2024. 12/09/2024. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM no valor de 263.362,14, ocorre que o plano de aplicação detalhado foi aprovado em 18/07/2024, para suportar a inserção do crédito adicional especial ao orçamento de 2024 no valor de 263.362,14 foi aprovada a lei municipal nº 733/2024. Em 29/12/2021 houve a celebração CONVÊNIO PLATAFORMA + BRASIL N° 920506/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO CENTRO-OESTE E DO O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 281.580,00 (duzentos e oitenta e um mil quinhentos e oitenta reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. Os valores do referido convênio foram repassados este ano. Solicitamos autorização legislativa para inclusão do referido crédito no orçamento de 2024, insto ocorreu pela aprovada a lei municipal nº 733/2024. 12/09/2024.</p>

Mediante os esclarecimentos acima não restam dúvidas que a abertura dos créditos adicionais especial como suporte de excesso de arrecadação nas respectivas fontes obedeceram rigorosamente a legislação, pois só movimentamos após ter os convênios e as propostas de repasses assinadas e autorizadas. Como em nossas dotações orçamentárias não contemplavam os recursos que conseguimos durante o exercício de 2024, desta forma, utilização dos remédios que a legislação permite para que pudéssemos atender às





necessidades da população de nosso município. Diante do exposto peço a desconsideração do presente apontamento.

Análise da Defesa:

5.1) Houve a abertura de créditos adicionais de R\$ 1.537.557,25 por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação nas fontes: 569 (R\$ 587.557,25), 600 (R\$ 100.000,00), 621 (R\$ 400.000,00) e 700 (R\$ 450.000,00) - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Conforme evidenciado no Relatório Preliminar, no Quadro 2.4 deste relatório, verifica-se que houve abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 1.537.557,25, sem a existência efetiva dos recursos, conforme evidenciado a seguir:

FONTE	Identificação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Líquida
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 587.557,25
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 100.000,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 400.000,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 450.000,00
	Total	R\$ 1.537.557,25

A verificação da abertura dos créditos adicionais por excesso de arrecadação se deu pela comparação da receita arrecadada com a previsão inicial da receita, assim:

- O excesso ou déficit de arrecadação é obtido mediante a comparação numérica entre a receita arrecadada e a previsão inicial da receita.
- se o total de créditos adicionais abertos por excesso de arrecadação forem superiores ao excesso de arrecadação teremos créditos adicionais abertos sem recursos disponíveis
- se o total de créditos adicionais abertos por excesso de arrecadação forem inferiores ao excesso de arrecadação teremos a abertura de créditos adicionais com recursos correspondentes.





Fonte 569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE - R\$ 587.557,25

Fonte recurso	Tp. cred. adic.	Projeto/Atividade	Data	Lei	Decreto	Valor
569 Outras Transferências de Recursos do FNDE	Especial	11700 Aquisição de ônibus escolar Conv-FNDE	04/11/2024	737/2024	078/2024	676.323,00

Justificativa do gestor: Em 02/09/2024 houve a celebração de termo compromisso nº 958022-4 entre o município de Santa Cruz do Xingu - MT e o Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento d Educação MEC- FNDE, para aquisição de um ônibus escolar no valor de 677.000,00 (seiscentos e setenta e sete mil reais), naquela data foi aprovada a lei municipal nº 737/2024 abrindo um credito adicional especial no valor de 677.000,00. Ocorre que o valor acordado foi transferido somente em 10/02/2025, passando para o exercício de 2025 como restos a pagar. Para comprovar nossas alegações senguem anexos copias do termo supracitado, copia da lei municipal nº 737/2024 e cópia do extrato bancário para comprar o repasse dos recursos.

Documentos apresentados:

- Lei 737/2024, datada de 04 de novembro de 2024, abrindo crédito adicional especial no montante de R\$ 677.000,00, destinação de Recursos de Transferência do Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
- Termo de Compromisso PAC nº 958022-4 assinado em 02/07/2024
- Extrato Bancário, confirmando o recebimento de R\$ 676.323,00 em 10/02 /2025
- não foi informado nos documentos o empenho em questão, entretanto, analisando o Sistema APLIC pode-se identificar o seguinte empenho:

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 :: - [Consulta de Empenhos]

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes: Mensais Informes: Envio Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados

Consulta de Empenhos

:: Clique com o botão direito do

Resultado(s) da consulta Liquidações Pagamentos

☐ Consulta parametrizada ☐ Todos os Empenhos ☒ Detalhes do Empenho

Data	Nº do Empen...	Credor	Valor Empe...	Valor Liquid...	Valor Retid...	Valor Pago	Valor Pago...	Anulado Emp...	Qtde.Not...	Qtde.NF-e	Contrato
21/11/2024	006567/2024	AGRALE SOCIEDADE ANONIMA	677.000,00	677.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	1	
			677.000,00	677.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Nº Empenho	Tipo de Empenho	Valor	Anulações Empenho	Liquidação	Pagamento
006567/2024	GLOBAL	677.000,00	0,00	0,00	0,00
Identificação do Credor					
88.610.324/0001-92		AGRALE SOCIEDADE ANONIMA			





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Descrição			
Adesão de ata para aquisição de ônibus rural escolar, do tipo ORE zero 4x4, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola para o			
Data	Dotação	Elemento de despesa	Subelemento de despesa
21/11/2024	4.4.90.52.48	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	VEÍCULOS DIVERSOS
Instrumento Contratual	Nº Convênio	Nº Concurso	Nº Obra/Projeto GeoObras
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA			
Função	Subfunção		
EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL		
Fonte de Recurso(até 2013)	Projeto Atividade		
	AQUISIÇÃO DE ONIBUS ESCOLAR CONV-FNDE		
Órgão	Unidade Orçamentária		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO		
Iduso(Identificador de Uso)	Grupo		
	RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE		
Fonte/Destinação de recurso(Especificação)	Destinação de Recurso		
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	SEM CÓDIGO DE ACOMPANHAMENTO		
Compra direta de mercadoria ou serviço sem formalização de processo, conforme art. 26 da Lei nº 8.666/93?	Licitação/Modalidade	Adesão a registro de pre	Tipo Despesa (apenas UG RPPS)
	00000000012/2024		
DESPESA SEM LICITAÇÃO, MAS NÃO SE APLICA OS ARTIGOS 17,24 E 25 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93			

Consta no Sistema APLIC:

Lei Municipal nº 737/2024 : 04/11/2024

DECRETO Nº 78/2024 : 04/11/2024

Fonte 600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - R\$ 100.000,00

Fonte recurso	Tp. cred. adic.	Projeto/Atividade	Data	Lei	Decreto	Valor
600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	Especial	23500 Manutenção Atensão Básica - Dep. Federal Coronel Fernanda.	05/08/2024	730/2024	059/2024	100.000,00

Justificativa do gestor: Após ter recebido uma Transferência do Ministério da Saúde proveniente do Governo Federal, Proposta 36000588941202400 Emenda Parlamentar Nº 43270001 Deputada Federal Coronel Fernanda no valor de 100.000,00. O repasse foi realizado no dia 04/07/2024 na conta bancária c/c: 276634. Solicitamos autorização legislativa para inclusão de dotações





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

orçamentárias no exercício de 2024, isto foi feito conforme lei municipal 730 /2024. Seguem anexa uma cópia da lei municipal citada, bem como, a proposta de incremento do Ministério da Saúde.

Documentos apresentados:

- Lei 730/2024, datada de 05 de agosto de 2024, abrindo crédito adicional especial no montante de R\$ 100.000,00, tendo como recursos excesso de arrecadação por recursos Transferências do Ministério da Saúde provenientes do Governo Federal, Proposta 36000588941202400 Emenda Parlamentar N° 43270001 Deputada Federal Coronel Fernanda, Repasse realizado no dia 04/07/2024 na conta bancaria c/c: 276634
- PROPOSTA DE INCREMENTO PAP - nº 36000588941202400 - Ministério da Saúde, data 29/07/2024
- não foi informado nos documentos o empenho em questão, entretanto, analisando o Sistema APLIC pode-se identificar o seguinte empenho:

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU :: CNPJ: 04178518000170 :: - [Consulta de Empenhos]

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes Mensais Informes Envio Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados Ajuda...

Consulta de Empenhos

Resultado(s) da consulta Liquidações Pagamentos

☐ Consulta parametrizada ☐ Todos os Empenhos ☒ Detalhes do Empenho

Data	Nº do Empenho	Credor	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Retido(Liqui...	Valor Pago	Valor Pago+Rete...	Anulado Empenho	Qtde Notas F...	Qtde NF-e	Contrato(s)
28/08/2024	004858/2024	R M SERVICOS MEDICOS LTDA	91.916,94	91.916,94	0,00	91.916,94	91.916,94	0,00			
			91.916,94	91.916,94	0,00	91.916,94	91.916,94	0,00			

Nº Empenho: 004858/2024 Tipo de Empenho: GLOBAL Valor: 91.916,94 Anulações Empenho: 0,00 Liquidação: 0,00 Pagamento: 0,00

Identificação do Credor: 50.783.962/0001-32 Credor: R M SERVICOS MEDICOS LTDA

Descrição: contratação de pessoas fisicas ou juridicas para prestacao de servicos medicos no Posto de Saude da Familia no Municipio de Santa Cruz do Xingu-MT, mediante adesao as condicoes previstas neste Edital.

Data: 28/08/2024 Dotação: 3.3.90.39.31 Elemento de despesa: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍ Subelemento de despesa: Serviços Médico-Hospitalar Prestados na Atenção Básica

Instrumento Contratual: ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº Convênio: Nº Concurso: Nº Obra/Projeto GeoObras:

Função: SAÚDE Subfunção: ATENÇÃO BÁSICA

Fonte de Recurso(até 2013): Projeto Atividade: MANUTENCAO ATENCAO BASICA - DEP. FEDERAL CORONEL FERNANDA.

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE Unidade Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Iduso(Identificador de Uso): Grupo: RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE

Fonte/Destinação de recurso(Especificação): TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOC Destinação de Recurso: IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAN

Compra direta de mercadoria ou serviço sem formalização de processo, conforme art. 26 da Lei nº 8.666/93? Licitação/Modalidade: 0000000002/2023 Credenciamento: Tipo Despesa (apenas UG RPPS):

DESPESA SEM LICITAÇÃO, MAS NÃO SE APLICA OS ARTIGOS 17.24 E 25 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

Localizar diário(s) relacionados a esse empenho

Município selecionado: SANTA CRUZ DO XINGU :: Exercício: 2024 Usuário: CLAUDIAR Versão: 3.0.0.14 Quint

Consta no Sistema APLIC:

Lei Municipal N° 730/2024 : 05 de Agosto de 2024.

Decreto N° 59/2024 : 05 de Agosto de 2024.





Fonte 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual - R\$ 400.000,00

Fonte recurso	Tp. créd. adic.	Projeto/Atividade	Data	Lei	Decreto	Valor
621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Especial	23490 Emenda Parl. Imp. No 211/2024	02/07/2024	727/2024	047/2024	300.000,00
621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Especial	11660 Emenda Parl. Imp. N.º 209/2024 - Dep. Claudio Ferreira	05/08/2024	729/2024	058/2024	100.000,00

Justificativa do gestor: Após ter recebido as transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, através de EMENDA PARLAMENTAR N° 211/2024, TERMO DE COMPROMISSO N° 232/2024 no valor de 300.000,00, repasse realizado no dia 11/06/2024 na conta bancária c/c: 2992-0. Solicitamos autorização legislativa para inclusão do referido credito no orçamento de 2024, isto aconteceu após a sanção da lei 727/2025 de 02/07/2024 e de Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, através de EMENDA PARLAMENTAR N° 209/2024, TERMO DE COMPROMISSO N° 077/2024 Emenda Dep. Claudio no valor de 100.000,00, repasse realizado no dia 04/07/2024 na conta bancária c/c: 29960-0. Solicitamos autorização legislativa para inclusão do referido credito no orçamento de 2024, isto aconteceu após a sanção da lei 729/2024 de 05/08/2024. Seguem anexas cópias das lei supracitadas.

Documentos apresentados:

- TERMO DE COMPROMISSO N° 232/2024 - TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, valor de R\$ 300.000,00, assinado em 10/05/2024
- Foi apresentada a Lei 729/2024, datada de 05 de agosto de 2024, abrindo crédito adicional especial no montante de R\$ 100.000,00, tendo como recursos EMENDA PARLAMENTAR N° 209/2024, TERMO DE





COMPROMISSO Nº 077/2024 Emenda Dep. Claudio, Repasse realizado no dia 04/07/2024 na conta bancaria c/c: 29960-0

- TERMO DE COMPROMISSO Nº 077/2024 TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGÚ de R\$ 100.000,00, assinado em 10/05/2024

Consta no Sistema APLIC:

Lei Municipal Nº 727/2024 : 02 de julho de 2024.

Decreto Nº 47/2024 : 02 de julho de 2024.

Lei Municipal Nº 729/2024 : 05 de agosto de 2024.

Decreto Nº 58/2024 : 05 de agosto de 2024.

Fonte 700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - R\$ 450.000,00

Fonte recurso	Tp. cred. adic.	Projeto/Atividade	Data	Lei	Decreto	Valor
700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Especial	11670 Aquisicao Trator Agricola CONV-920506/21	12/09/2024	733/2024	065/2024	200.000,00
700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	Especial	11680 Aquisicao de Patrulha Mecanizada CONV - SUDAM	12/09/2024	733/2024	065/2024	250.000,00

Justificativa do gestor: Em 29/12/2021 houve a celebração de nº 921350/2021 entre o município de Santa Cruz do Xingu – MT e a SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM no valor de 263.362,14, ocorre que o plano de aplicação detalhado foi aprovado em 18/07/2024, para suportar a inserção do credito adicional especial ao orçamento de 2024 no valor de 263.362,14 foi aprovada a lei municipal nº 733/2024. Em 29/12/2021 houve a celebração CONVÊNIO





PLATAFORMA + BRASIL Nº 920506/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO CENTRO-OESTE E DO O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 281.580,00 (duzentos e oitenta e um mil + quinhentos e oitenta reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho. Os valores do referido convênio foram repassados este ano. Solicitamos autorização legislativa para inclusão do referido crédito no orçamento de 2024, isto ocorreu pela aprovada a lei municipal nº 733/2024. 12/09/2024.

Documentos apresentados:

- Foi apresentada a Lei 733/2024, datada de 12 de setembro de 2024, abrindo crédito adicional especial no montante de R\$ 544.942,14, destinação de Recursos de Transferência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, mediante ao Convenio Nº 921350 /2021
- Foi apresentado o Convenio Nº 921350/2021, assinado em 29/12/2021
- Parecer Técnico da SUDAN, sobre o cancelamento do saldo do empenho nº 2021NE000353, considerando registrar a extinção do Instrumento Nº 921350/202
- CONVÊNIO PLATAFORMA + BRASIL Nº 920506/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE E O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT, tem por objeto "Aquisição de 01 (um) Trator Agrícola.", assinado em 29 e 30/12 /2021, valor R\$ 281.580,00.

Consta no Sistema APLIC:

Lei Municipal Nº 733/2024 : 12 de setembro de 2024.

Decreto Nº 65/2024 : 12 de setembro de 2024.

Mediante o que foi apresentado, vale destacar que a Resolução de Consulta nº 19/2016 - TCE/MT trata de créditos adicionais decorrentes de





convênios por excesso de arrecadação, assim dispõe:

- a) Celebrados convênios ou instrumentos congêneres antes da aprovação da LOA, e sendo para execução no exercício financeiro da lei, os valores respectivos (receitas e despesas previstas no plano de trabalho do ajuste) devem ser consignados nesta peça orçamentária, considerando-os em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada, observando-se o cronograma físico financeiro da avença.*
- b) Havendo a Celebração de convênios ou instrumentos congêneres após a aprovação da LOA, os valores de receitas e despesas devem ser incluídos no orçamento público por meio da abertura de créditos adicionais, tendo como fonte o excesso de arrecadação (item 1 da Resolução de Consulta nº 43/2008, supramencionada).*
- c) Não sendo possível a execução total de convênios ou instrumentos congêneres no exercício da programação, os respectivos saldos orçamentários podem ser incluídos nos orçamentos seguintes, caso ainda existam condições para a execução da avença."*

Corroborando com este entendimento as seguintes decisões deste Tribunal (Boletim de Jurisprudência – TCE/MT - fevereiro/2014 a dezembro/2020, página 95):

Planejamento. LOA. Alteração. Créditos Adicionais. Fonte de Recursos. Convênios. Excesso de arrecadação estimado. Frustração na receita. Abertura de créditos e controle do saldo pelas emissões dos empenhos.

1. A assinatura de convênios no decorrer do exercício gera um "excesso de arrecadação estimado" que pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais, e, caso o repasse de recursos não se concretize, haverá a frustração na receita reestimada após firmado o convênio, que, contudo, não pode ser imputada ao gestor, pois nesse caso o repasse não se concretizou por motivos alheios à





sua vontade, e, para todos os efeitos, os créditos adicionais foram abertos por excesso de arrecadação estimado dentro da tendência observada no exercício.

2. Os créditos decorrentes da assinatura de convênios no decorrer do exercício, sem que tenham sido previstos quando da elaboração do orçamento, devem ser abertos na totalidade dos valores autorizados pela lei, devendo o gestor controlar o saldo aberto pelas emissões dos empenhos, tal como previsto no art. 59 da Lei nº 4.320/64 e na Resolução de Consulta nº 43/2008 do TCE/MT.

(Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio nº 50/2019-TP. Julgado em 28/11/2019. Publicado no DOC/TCE-MT em 29/01/2020. Processo nº 16.725-8/2018).

Planejamento. Créditos Adicionais. Excesso de Arrecadação.

1. A apuração do excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais deve ser realizada por fonte de recursos, de forma a atender ao objeto de sua vinculação, conforme determina o parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. É vedada a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação sem recursos disponíveis, sendo que, para se evitar essa prática, a gestão deve realizar um acompanhamento mensal efetivo com o intuito de avaliar se os excessos de arrecadação estimados estão adequados com a previsão ao longo do exercício e se as fontes de recursos, nas quais foram apurados os excessos, já utilizados para abertura de créditos adicionais, permanecem apresentando resultados superavitários.

3. Caso se verifique que o excesso de arrecadação projetado para o exercício e já utilizado para abertura de crédito adicional não se concretizará, a gestão deve adotar medidas de ajuste e de limitação de despesas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a evitar o desequilíbrio financeiro e orçamentário das contas públicas.

4. A diferença positiva entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, constatada durante o exercício, constitui fator atenuante





da irregularidade caracterizada pela abertura de crédito adicional sem a concretização do excesso de arrecadação na respectiva fonte de recursos, desde que não configure desequilíbrio fiscal das contas públicas.

(Contas Anuais de Governo do Estado. Relator: Conselheiro Antonio Joaquim. Parecer Prévio nº 4 /2015-TP. Julgado em 16/06/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 23/06/2015. Processo nº 8.176-0 /2014).

Deste modo, havendo a Celebração de convênios ou instrumentos congêneres após a aprovação da LOA, os valores de receitas e despesas devem ser incluídos no orçamento público por meio da abertura de créditos adicionais, tendo como fonte o excesso de arrecadação.

No caso de convênios ou instrumentos congêneres celebrados antes da aprovação da LOA, e sendo para execução no exercício financeiro da lei, os valores respectivos (receitas e despesas previstas no plano de trabalho do ajuste) devem ser consignados nesta peça orçamentária, considerando-os em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada, observando-se o cronograma físico-financeiro da avença.

Analisando todos os decretos e leis que abriram os créditos adicionais por excesso de arrecadação no Sistema APLIC, bem como o que foi exposto na manifestação do gestor e sua documentação, bem como pesquisa no Sistema APLIC, pode-se constar que das fontes citadas, apenas a fonte 700 que teve convênios celebrados antes da aprovação da LOA, no ano de 2021.

Destaca-se que todos apresentaram Lei autorizativa e Decreto de abertura dos créditos adicionais especiais. Entretanto, sabe-se que é necessário registrar que a abertura de créditos adicionais é respaldada pelo inciso V do artigo 167, c/c o artigo 43 da Lei nº 4.320/64:

Art.167. São vedados:

(...)

V- a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende





da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

E a doutrina assim se posiciona (Reis, 2010):

Por recursos comprometidos deve-se entender aqueles que em razão de contratos, convênios ou leis são destinados a atender a despesas obrigatórias, tais como pessoal, amortizações de empréstimos, juros, inativos e pensionistas, bem como a fundos especiais, que tem receitas e despesas comprometidos com os respectivos objetivos específicos.

Cita-se o entendimento desta Corte de Contas:

Resolução de Consulta nº 43/2008 (DOE, 02/10/2008). Planejamento. LOA. Alteração. Créditos Adicionais. Fonte de Recursos. Convênios. Abertura por um único decreto. Previsão no orçamento somente da parcela da obra ou do serviço a ser realizada em cada exercício.

1. Os créditos adicionais autorizados que têm como fonte de recursos o excesso de arrecadação proveniente de recursos de convênios, deverão ser abertos por único decreto no valor da lei autorizativa, que corresponderá somente aos valores previstos no convênio a serem liberados no exercício.

Para evitar o descontrole dos gastos, o gestor deve controlar o saldo aberto pelas emissões dos empenhos, tal como previsto no artigo 59 da Lei nº 4.320/64.

2. Para as obras e serviços cujos valores comprometem mais de um exercício financeiro, seja ela licitada integralmente ou de forma parcelada, deverá haver previsão orçamentária somente no que se refere às obrigações a serem firmadas no exercício, de acordo com o cronograma da obra, sendo que a diferença orçamentária deverá ser estimada nos orçamentos dos exercícios correspondentes.





E conforme se depreende do Boletim de Jurisprudência deste TCE-MT:

14.3) Planejamento. Créditos Adicionais. Excesso de Arrecadação.

1. A apuração do excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais deve ser realizada por fonte de recursos, de forma a atender ao objeto de sua vinculação, conforme determina o parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. É vedada a abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação sem recursos disponíveis, sendo que, para se evitar essa prática, a gestão deve realizar um acompanhamento mensal efetivo com o intuito de avaliar se os excessos de arrecadação estimados estão adequados com a previsão ao longo do exercício e se as fontes de recursos, nas quais foram apurados os excessos, já utilizados para abertura de créditos adicionais, permanecem apresentando resultados superavitários.

3. Caso se verifique que o excesso de arrecadação projetado para o exercício e já utilizado para abertura de crédito adicional não se concretizará, a gestão deve adotar medidas de ajuste e de limitação de despesas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a evitar o desequilíbrio financeiro e orçamentário das contas públicas.

4. A diferença positiva entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas, constatada durante o exercício, constitui fator atenuante da irregularidade caracterizada pela abertura de crédito adicional sem a concretização do excesso de arrecadação na respectiva fonte de recursos, desde que não configure desequilíbrio fiscal das contas públicas.

(Contas Anuais de Governo do Estado. Relator: Conselheiro Antonio Joaquim. Parecer Prévio nº 4 /2015-TP. Julgado em 16/06/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 23/06/2015. Processo nº 8.176-0 /2014).





Ademais, existe a necessidade de acompanhamento da tendência da arrecadação para verificar se o excesso de arrecadação realmente se concretizaria, para dar suporte a abertura de créditos adicionais.

Conforme a Resolução de Consulta nº 26/2015, o cálculo do excesso de arrecadação deve ser realizado conjuntamente com os mecanismos de controles criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir o equilíbrio fiscal das contas públicas, com destaque para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de forma a mitigar os riscos fiscais inerentes à utilização de potencial excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais.

Além de que, o art. 43 da Lei 4320/64 estabelece que a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Vale aqui constar que quando não há repasse de recursos de convênios ou caso existirem lei prevendo valores de abertura de crédito especial por excesso acima do que foi efetivamente arrecadado, cabe à Administração gerir as previsões que servem de base para a abertura dos créditos adicionais e à medida que não se realize a arrecadação prevista, adote medidas de limitação das despesas e de anulação dos créditos adicionais.

Outro ponto importante a se considerar, é que pertencem ao exercício financeiro somente as receitas nele arrecadadas, portanto, cabia à Administração acompanhar mensalmente a concretização dos excessos de receitas previstos, seja por convênios, seja por tendência, já que diante da frustração de receitas previstas em 2023 deveria à Administração limitar despesas, conforme determina a Resolução de Consulta nº 26/2015 – TP do TCE /MT:

Resolução de Consulta nº 26/2015-TP (DOC, 21/12/2015). Orçamento. Poderes Estaduais e órgãos autônomos. Crédito adicional. Excesso de arrecadação. (...)

5. A apuração do excesso de arrecadação com base na tendência do exercício, para efeito de abertura de créditos adicionais, deve ser





revestida de prudência e precedida de adequada metodologia de cálculo, que leve em consideração possíveis riscos capazes de afetar os resultados fiscais do exercício.

6) A administração deve realizar um acompanhamento mensal efetivo com o objetivo de avaliar se os excessos de arrecadação estimados por fonte de recursos e utilizados para abertura de créditos adicionais estão se concretizando ao longo do exercício, e, caso não estejam, deve adotar medidas de ajuste e de limitação de despesas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal de forma a evitar o desequilíbrio financeiro e orçamentário das contas públicas.

Portanto, existe a necessidade de acompanhamento da tendência da arrecadação para verificar se o excesso de arrecadação realmente se concretizaria, para dar suporte a abertura de créditos adicionais.

Conforme a Resolução de Consulta nº 26/2015, o cálculo do excesso de arrecadação deve ser realizado conjuntamente com os mecanismos de controles criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir o equilíbrio fiscal das contas públicas, com destaque para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, de forma a mitigar os riscos fiscais inerentes à utilização de potencial excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais.

No caso da abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação nas fontes 569, 600 e 621 por meio dos documentos apresentados foi comprovado que o instrumento que celebrou o termo de compromisso ou Proposta Parlamentar se deu em 2024, sendo assim após a edição da lei orçamentária municipal de 2024, sendo assim entende-se por sanar o apontamento quanto a essas fontes.

Já no caso da Fonte 700 os convênios firmados se deram no ano de 2021, em data bem anterior a a edição da lei orçamentária municipal de 2024.





Sendo assim, fica mantido o apontamento, em questão, quanto a Fonte 700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - R\$ 450.000,00

Resultado da Análise: MANTIDO

6) NB02 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_02. Descumprimento das disposições da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei nº 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação - Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 23/2017).

6.1) *No exercício de 2024, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu apresentou nível crítico de transparência (básico) - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Aqui a atitude do TCE-MT é louvável e demonstra que está sempre atento aos municípios quanto a transparência pública algo muito cobrado por nossa sociedade. Afirmando que sempre empreendemos muitos esforços para manter atualizado o nosso portal de transparência. De agora em diante reforço o nosso compromisso com a total transparência de nossos atos e fatos administrativos. Temos o portal transparência em nossa página www.santacruzdoxingu.mt.gov.br. Publicamos todos os nossos atos administrativos no jornal oficial eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso.

Caso nossas explicações não sejam acolhidas pelo Excelentíssimo Conselheiro Relator que o presente apontamento seja transformado em determinações legais para que continuemos a melhorar nossas políticas públicas.

Análise da Defesa:

Primeiramente, vale constar que o portal da Atricon (<https://radardatransparencia.atricon.org.br/>), divulga uma cartilha de orientação





aos gestores, visando oferecer para os Poderes e órgãos públicos um modelo completo de Portal Transparência. A cartilha apresenta orientações gerais sobre a disponibilização de informações de forma ativa nos portais públicos:

a) Para uma melhor efetivação da transparência, as informações públicas divulgadas pelos Poderes e órgãos públicos, em seus portais, devem sempre estar em local de fácil acesso, isto é, onde, provavelmente, qualquer cidadão procuraria o informe dentro do portal. Não basta estar publicada, deve haver facilidade de acesso.

b) Ao acessar um portal, o cidadão não tem como saber se a ausência de determinada informação ocorre porque o órgão responsável não a divulgou ou simplesmente porque o fato nunca ocorreu. Por isso, quando não houver a ocorrência de determinado fato, sua inexistência deve ser informada de forma explícita, no mesmo local onde os dados seriam divulgados. Criar um link ou uma seção vazia não é suficiente para garantir a compreensão do usuário.

A transparência garante que os portais sejam cada vez mais úteis para o cidadão e, conseqüentemente, mais acessados, em consonância com o artigo 6º da Lei de Acesso à Informação:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

Neste foco, vale constar que o próprio gestor admitiu o apontamento em questão, ficando assim mantido o apontamento em questão.

Resultado da Análise: MANTIDO

7) NB04 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_04. Informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira não divulgadas, em meios eletrônicos de acesso público e em tempo real, para o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade (arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000).





7.1) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo não foram colocadas à disposição dos cidadãos no órgão técnico responsável pela sua elaboração, em desconformidade com o art. 49 da LRF, art. 209 da Constituição Estadual e art. 31, § 3º, da Constituição Federal - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Em 14 de fevereiro de 2025, cumprindo com as determinações legais publicamos no jornal oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ano XX/nº 4.676. o edital nº 002/2025, onde colocamos todos os nossos balanços e demais demonstrativos de prestação de contas de 2024. Segue cópia da publica anexa.

ccc, segue anexo cópia do recebido pela contadora do poder legislativo local.

Após esclarecer que cumprimos todas as determinações legais e com os comprovantes anexos, entendo que este apontamento perdera o objeto, podendo ser desconsiderado, desta forma, solicitamos que o presente apontamento seja considerado sanado.

Análise da Defesa:

O próprio gestor assume que ocorreu a impropriedade quando menciona que "*em 17 de fevereiro de 2025 enviamos para a câmara municipal de Santa Cruz do Xingu - MT os balanços e demais anexos de prestação de contas do exercício de 2024, por intermédio do ofício nº 045/2025*", sendo confirmado este nos autos do processo:



Prefeitura Municipal de
SANTA CRUZ DO XINGU-MT
CNPJ: 04.785.81/0001-70



Ofício Gb. nº 045/2025.

Santa Cruz do Xingu-MT, 17 de Fevereiro de 2025.

De: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT
Para: Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT
COD TRIAGEM: 1114412
Assunto: Envio Contas de Governo de 2024.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Senhor Presidente,

Em cumprimento das exigências legais, estamos encaminhando os relatórios e anexos da Conta de Governo 2024 do poder Executivo deste Município, para fins de registro junto a essa casa de leis.

Santa Cruz do Xingu/MT, 17 de Fevereiro de 2025.

Atenciosamente;

JORAILDES SOARES Assinado eletronicamente
DE por JORAILDES SOARES
SOUZA-948717601
20 10/2011-03302

JORAILDES SOARES DE SOUSA
CPF: 948.717.601-20
Prefeita Municipal

Ao
Presidente da Câmara Municipal
ANDERSON ALVES DOS SANTOS

Recebido
SIMONE CARVALHO
CONTADORIA GERAL
PORTARIA 14/2025
17/02/2025

Av. 14 de Setembro, s/n, Centro, Santa Cruz do Xingu – MT CEP: 78664-000
E-mail: prefeirasantacruzdoxingu@gmail.com

168

Entretanto, até na própria publicação, constava que a contar da data de 15 de fevereiro os mesmos estariam disponíveis para a população, conforme exposto a seguir:

14 de Fevereiro de 2025 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XX | Nº 4.678

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CONTABILIDADE EDITAL DE PUBLICAÇÃO – Nº 002/2025

BALANÇO GERAL EXERCÍCIO 2024

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, em cumprimento ao disposto no Art. 31, § 3º da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual, Art. 41 da Lei Orgânica Municipal e consubstanciado com Art. 49 da LRF; torna público que ficará a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, na sede da Prefeitura Municipal, no Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, departamento de contabilidade do poder Executivo Municipal, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade no horário de expediente durante todo o exercício de 2024, a contar da data de 15 de Fevereiro de 2025, o Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT, compreendendo os anexos Individualizados e Consolidados, relativo ao exercício de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT

Santa Cruz do Xingu – MT, 13 de Fevereiro de 2025.

Joraildes Soares de Sousa

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Pod
Grande, 14 de fevereiro de 2025.

Flávia Petersen Moretti de Araújo Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 11/2025 – SMSPMUVG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal, designação de contrato nº 011/2023, da empresa "TIM S A"

O Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, os servidores o Srª ANGELA EBER nº 168577, como fiscal suplente, e a Srª NAIANE CRIS matrícula nº 95454 como fiscal, ambos do contrato nº 011. de Adesão a Ata de registro de preços, processo n.198/81, oriundo do pregão eletrônico nº 029/2022, que tem por contratação de serviço em telecomunicações de voz e qualidade de telefonia móvel pessoal (smp) mensal contínuo de sim cards (chip) com franquia mínima de 10 Gb Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

Art. 2º As designações terão efeito imediato a partir da





Sendo assim, não trouxe aos autos qualquer tipo de comprovação que as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos no órgão técnico responsável pela sua elaboração (Prefeitura), a partir de 15/02/2024.

Sabe-se que o Chefe do Poder Executivo deve colocar as contas à disposição da população, na própria prefeitura e na câmara Municipal, a partir do dia 15 de fevereiro, conforme preceitua o artigo 209 da Constituição Estadual:

Art. 209 As contas anuais do Prefeito e da Mesa da Câmara ficarão, durante sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro, à disposição na própria Prefeitura e na Câmara Municipal, após divulgação prevista na Lei Orgânica Municipal, de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei.

Além disso, o artigo 49 da LRF estabelece o seguinte:

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Cabe salientar que a ausência de tempestividade quanto a disposição dos contribuintes das Contas de Governo na prefeitura e na câmara Municipal prejudica sobremaneira o controle social, pois impede que cidadãos, instituições da sociedade ou mesmo representantes eleitos pelo povo façam qualquer questionamento em tempo hábil acerca da legitimidade ou da correção da prestação de contas.





Ademais, o art. 209 da Constituição Estadual não apresenta qualquer ressalva quando à determinação do seu comando normativo, logo, trata-se de prazo improrrogável.

Vale aqui comentar que os fundamentos legais desrespeitados pela Administração ao não prestar as informações solicitadas pelo Tribunal de Contas para subsidiar a análise das contas anuais do exercício de 2024.

Resultado da Análise: MANTIDO

7.2) Divulgação da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2024 (LDO /2024) no Portal Transparência do município sem os anexos obrigatórios, não observando a obrigatoriedade de ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos, conforme dispõe o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

O Portal Transparência foi devidamente atualizado, conforme prints anexo.

Análise da Defesa:

A administração reconhece que ocorreu o apontamento quando discorre que "O Portal Transparência foi devidamente atualizado".

Acessando o site da prefeitura em Pagina Inicial/Publicações /Planejamento Orçamentário, no dia 03/09/2025, e analisando os arquivos da LOA referente ao exercício de 2024 (Lei nº 707/2023), pode-se verificar que os Anexos obrigatórios que integram esta legislação encontram-se disponibilizados no Portal do Município, conforme preconiza o art. 37, CF e o art. 48, LRF, conforme pode ser verificado no sitio : <https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/Publicacoes/Planejamento-orcamentario/Loa-exercicio-2024378//1/>.

Sendo assim, fica sanado o apontamento em questão.





Resultado da Análise: SANADO

7.3) *Divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2024 (LDO/2024) no Portal Transparência do município sem os anexos obrigatórios, não observando a obrigatoriedade de ampla divulgação, inclusive em meios eletrônico, conforme dispõe o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

O Portal Transparência foi devidamente atualizado, conforme prints anexo.

Análise da Defesa:

A administração reconhece que ocorreu o apontamento quando discorre que "O Portal Transparência foi devidamente atualizado".

Acessando o site da prefeitura em Pagina Inicial/Publicações /Planejamento Orçamentário, no dia 03/09/2025, e analisando o arquivo da citada lei, pode-se verificar que os Anexos obrigatórios que integram esta legislação se encontram disponibilizados no Portal do Município, conforme preconiza o art. 37, CF e o art. 48, LRF, conforme pode ser verificado no sitio : [https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/Publicacoes/Planejamento-orcamentario /Ldo-exercicio-2024379/](https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/Publicacoes/Planejamento-orcamentario/Ldo-exercicio-2024379/).

Sendo assim, fica sanado o apontamento em questão.

Resultado da Análise: SANADO

8) NB05 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_05. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000).





8.1) *As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 não foram regularmente divulgadas no site da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

As demonstrações contábeis do exercício de 2024 foram devidamente divulgadas conforme prints anexos.

Análise da Defesa:

Novamente a administração reconhece a falha, nesse caso, Demonstrações contábeis do exercício de 2024., quando discorre que "*As demonstrações contábeis do exercício de 2024 foram devidamente divulgadas conforme prints anexos*"

Acessando o site da prefeitura em Pagina Inicial/Publicações /Balanco Anual, no dia 03/09/2025, pode-se verificar que as Demonstrações contábeis do exercício de 2024 se encontram disponibilizados no Portal do Município, conforme preconiza o art. 37, CF e o art. 48, LRF, conforme pode ser verificado no sitio : <https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/Publicacoes/Balanco-anual/Balanco-anual-2024---contas-gestao846/>

Sendo assim, fica sanado o apontamento em questão.

Resultado da Análise: SANADO

9) NB06 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_06. Demonstrações Contábeis não publicadas na imprensa oficial (art. 37 da Constituição Federal).

9.1) *Ausência de publicação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 2024 em meio oficial - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS





Manifestação da Defesa:

As demonstrações contábeis foram devidamente publicadas na imprensa oficial do município - jornal oficial eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso - conforme cópias anexas.

Análise da Defesa:

Conforme já elencado em busca ativa nos meios oficiais pode-se verificar que houve nova publicação dos demonstrativos contábeis de 2024 Consolidado, com a retificação do Balanço Patrimonial Consolidado, do Balanço Financeiro, da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada e Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada, e também das Notas Explicativas, na data de 31/07/2025, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (Ano XX, Edição nº 4.790, páginas 745 a 774), conforme evidencia-se no Apêndice A deste relatório de defesa (fls. 02 a 32).

Portanto, fica sanado o apontamento em questão e reitera-se a proposta de determinação que constou em análise anterior neste relatório técnico de que as DC republicadas sejam encaminhadas ao TCE-MT.

Resultado da Análise: SANADO

10) NB10 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_10. Carta de Serviços ao Usuário sem divulgação atualizada no sítio eletrônico do órgão ou entidade (art. 7º, caput, § 4º, da Lei nº 13.460/2017).

10.1) *A entidade pública não disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:





O Município de Santa Cruz do Xingu - MT possui dimensões territoriais reduzidas, população de aproximadamente 3.000 (três mil) habitantes e quadro funcional enxuto. Mesmo sem a publicação formal da Carta de Serviços em versão atualizada, todos os atendimentos essenciais são prestados regularmente, conforme demonstrado.

Nosso Portal institucional: disponibiliza, de forma clara, endereço, horário de atendimento, telefones, e-mail da Ouvidoria, protocolos on-line e modelos de requisitos, garantindo plena comunicação com o cidadão. Balcão único presencial: localizado na sede da Prefeitura, concentra protocolo, orientação ao usuário e informações sobre prazos e requisitos de cada serviço. Ouvidoria municipal: ópera pelos canais telefônicos, presencial e eletrônico, respondendo às manifestações em até cinco dias, prazo inferior ao recomendado pela Lei 13.460/2017.

Demanda efetiva: por se tratar de localidade pequena, o fluxo de interferências é baixo e, historicamente, não há registro de reclamações sobre falta de informação sobre serviços, requisitos ou prazos. Reconhecemos, contudo, que a formalização da Carta de Serviços é obrigatória. Assim, já iniciamos a revisão dos conteúdos e definimos o seguinte cronograma. Reafirmamos o compromisso de conformidade integral à Lei 13.460/2017 e às determinações do TCE-MT, garantindo transparência e qualidade no atendimento ao cidadão.

Análise da Defesa:

A Carta de Serviços ao Usuário é um documento que tem a finalidade de explicar detalhadamente aos cidadãos sobre os serviços prestados pelo ente, a forma de acessar esses serviços, além das divisões e áreas que são responsáveis por prestar cada serviço, entre esses serviços destaca-se o da ouvidoria.

O objetivo da carta de serviços é estabelecer uma relação mais direta entre a Administração Pública e os cidadãos, para que os serviços sejam amplamente conhecidos e difundidos pelas cidadãos.

A Carta de Serviços ao Usuário está prevista no art. 7º da Lei nº 13.460/2017:





Art. 7º Os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei divulgarão Carta de Serviços ao Usuário.

§ 1º A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

§ 2º A Carta de Serviços ao Usuário deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a:

I - serviços oferecidos;

II - requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço;

III - principais etapas para processamento do serviço;

IV - previsão do prazo máximo para a prestação do serviço;

V - forma de prestação do serviço; e

VI - locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.

Na manifestação da defesa foi reconhecido que houve o descumprimento da legislação e informa que a Carta de Serviços ao Usuário se encontra em revisão dos conteúdos e já foi definido cronograma. Portanto, sem mais nada a discorrer, fica mantido o apontamento.

Resultado da Análise: MANTIDO

11) OB02 POLÍTICAS PÚBLICAS_GRAVE_02. Ineficiência no planejamento, na execução, governança e/ou avaliação de programas ou ações do poder público para desenvolvimento, implementação e melhoria das políticas públicas na área de educação (arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal).

11.1) Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS





Manifestação da Defesa:

Apesar de o orçamento municipal de 2024 não conter ação ou rubrica específica intitulada "Prevenção à Violência contra a Mulher", informamos que todas as demandas dessa política pública foram rigorosamente atendidas por meio das dotações já existentes nas funções 08 - Assistência Social e 12 - Educação, conforme demonstram os relatórios que já foram enviados em nossas contas anuais de governo. Como município de pequeno porte, optamos por concentrar créditos em programas genéricos, garantindo maior flexibilidade de execução sem comprometer a transparência ou a finalidade dos gastos, em consonância com os arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal.

Reconhecemos, todavia, a orientação contida na Decisão Normativa n.º 10/2024. Assim, comprometemo-nos a incluir, já no PPA/LDO/LOA dos próximos anos, ação orçamentária específica para prevenção à violência contra a mulher, com metas físicas e financeiras próprias, assegurando governança, monitoramento e avaliação adequados. Caso V. Exa. entenda insuficientes os esclarecimentos ora prestados, solicitamos que o presente apontamento seja convertido em determinação para os exercícios seguintes, resguardando o princípio da economicidade e evitando a aplicação de sanções retroativas por fato já sanado no exercício em curso.

Análise da Defesa:

Conforme apresentado na manifestação da defesa, observa-se que esta tem atuando no sentido de haver políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, demandas dessa política pública que foram atendidas por meio das dotações já existentes nas funções 08 - Assistência Social e 12 - Educação

Sendo assim, será relevado o apontamento em questão.

Resultado da Análise: SANADO

12) OB99 POLITICAS PÚBLICAS_GRAVE_99. Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).





12.1) *Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Apesar de o orçamento municipal de 2024 não conter ação ou rubrica específica intitulada "Prevenção à Violência contra a Mulher", informamos que todas as demandas dessa política pública foram rigorosamente atendidas por meio das dotações já existentes nas funções 08 - Assistência Social e 12 - Educação, conforme demonstram os relatórios que já foram enviados em nossas contas anuais de governo. Como município de pequeno porte, optamos por concentrar créditos em programas genéricos, garantindo maior flexibilidade de execução sem comprometer a transparência ou a finalidade dos gastos, em consonância com os arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal.

Reconhecemos, todavia, a orientação contida na Decisão Normativa n.º 10/2024. Assim, comprometemo-nos a incluir, já no PPA/LDO/LOA dos próximos anos, ação orçamentária específica para prevenção à violência contra a mulher, com metas físicas e financeiras próprias, assegurando governança, monitoramento e avaliação adequados. Caso V. Exa. entenda insuficientes os esclarecimentos ora prestados, solicitamos que o presente apontamento seja convertido em determinação para os exercícios seguintes, resguardando o princípio da economicidade e evitando a aplicação de sanções retroativas por fato já sanado no exercício em curso.

Análise da Defesa:

Conforme apresentado na manifestação da defesa, observa-se que esta tem atuando no sentido de haver políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, inclusive utilizando demandas atendidas por meio das dotações já existentes nas funções 08 - Assistência Social e 12 - Educação.





Sendo assim, será relevado o apontamento em questão.

Resultado da Análise: SANADO

13) ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01. Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) *Não existe ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

Em 17/07/2025 foi publicada a Portaria nº 225/2025, que designa a servidora Gabriela Isadora de Matos Bigaton Miguel como ouvidora do Município, atendendo integralmente ao art. 119 do Anexo Único da RN-TCE/MT nº 16/2021. Desta forma, requeremos que o apontamento seja considerado sanado, uma vez que a determinação foi cumprida antes do julgamento das Contas Anuais de Governo de 2024. Cópia da portaria encontra-se anexa a esta manifestação.

Análise da Defesa:

O próprio defendente confirma a irregularidade, já que no ano de 2024 não existia ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria.

Sendo assim fica mantido o apontamento.

Resultado da Análise: MANTIDO

13.2) *Não há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA





Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

As competências da ouvidoria municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, foram estabelecidas nos termos do art. 3º da lei municipal nº 331/20213, in verbis:

Art. 3º. Compete à Ouvidoria do Município de Santa Cruz do Xingu /MT:

I. Receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores civis e militares da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1º desta lei;

II. Receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios e pedidos de informação sobre as atividades da Administração Pública Municipal;

III. Diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior;

IV. Manter o Cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados;

V. Elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria do Município junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI. Promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública;





VII. Organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas;

Após apresentar nossa legislação que regulamenta as competências da ouvidoria municipal, com todo respeito ao trabalho da equipe técnica, entendo que este apontamento deixará de existir, uma vez que nossa lei foi sancionada em 2013.

Análise da Defesa:

Mediante do que foi apresentado, fica sanado o apontamento em questão.

Resultado da Análise: SANADO

14) ZA02 DIVERSOS_GRAVISSIMA_02. Inexistência de Ouvidoria e/ou descumprimento de suas atribuições precípuas definidas pela legislação/normatização (art. 37, § 3º, I, da Constituição Federal; arts. 13 a 16 da Lei nº 13.460/2017).

14.1) *Não existe um ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

Responsável 1: JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS

Manifestação da Defesa:

A Ouvidoria Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT foi criada em 01/07/2013, mediante lei municipal nº 331/2013 e reestrutura pela lei 766/2025, portanto, solicito que este apontamento seja considerado como sanado, conforme copias das leis anexas.

Análise da Defesa:

Mediante do que foi apresentado pelo defendente, fica sanado o apontamento em questão.





Resultado da Análise: SANADO

3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES / DETERMINAÇÕES

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça as seguintes Determinações a Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu:

- Que faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. **Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes.**
- Que faça expedir determinação à Contadoria Municipal para seja enviado ao Sistema Aplic os Demonstrativos Consolidados de 2024, juntamente com as notas explicativas, que foram republicados em 31/07/2025, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XX, Edição nº 4.790, páginas 745 a 774. **Prazo de implementação: Imediato.**

Também, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça as seguintes Recomendações a Prefeita Municipal de Santa Cruz do Xingu:

- Que o Município adote as providências necessárias para a efetiva contratação de solução tecnológica que viabilize a implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme os padrões mínimos de qualidade exigidos. **Prazo de implementação: imediato.**
- Que aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento. **Prazo de implementação: proposição da próxima LDO.**
- Que no texto da publicação da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) seja informado o endereço eletrônico em que os anexos obrigatórios possam ser





acessados pelos cidadãos, por ocasião de sua publicação em Diário Oficial.

Prazo de implementação: até a proposição da Lei das Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2026.

- Que no texto da publicação da Lei Orçamentária (LOA) seja informado o endereço eletrônico em que os anexos obrigatórios possam ser acessados pelos cidadãos, por ocasião de sua publicação em Diário Oficial. **Prazo de implementação: até a proposição da Lei Orçamentária do exercício de 2026.**

4. CONCLUSÃO

Após análise das manifestações de defesa apresentadas pela gestora e as irregularidades apontadas no Relatório Técnico Preliminar, conclui-se pela permanência das seguintes irregularidades:

4. 1. RESULTADO DA ANÁLISE

JORAILDES SOARES DE SOUSA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2024

1) AA10 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVISSIMA_10. Repasses ao Poder Legislativo em valor acima do limite estabelecido para cada faixa populacional, realizados após o dia vinte de cada mês e/ou menor que proporção fixada na Lei Orçamentária (29-A, § 2º, da Constituição Federal).

1.1) *SANADO*

2) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.1) *Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário, em desacordo com os itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis*
- Tópico - ANÁLISE DA DEFESA





3) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

3.1) *Considerando os valores apresentados no Balanço Patrimonial (Exercício de 2024) e os valores constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais (Exercício de 2024) e o saldo final do Patrimônio Líquido constante no Balanço Patrimonial do exercício de 2023, constata-se divergência quanto ao total da apropriação do resultado patrimonial do exercício e, por consequência no total do Patrimônio Líquido ao final do exercício de 2024 de - R\$ 82.172,64 - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

3.2) SANADO

3.3) *Divergência entre as receitas registradas no Sistema Aplic em relação aos valores informados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN): Cota Parte FPM, e os valores informados pela SEFAZ/MT: Cota-Parte do ICMS e Cota-Parte do IPI - Municípios - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

4) DA03 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_03. Déficit de execução orçamentária em fonte/destinação de recurso no encerramento do exercício financeiro (art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa do TCE-MT nº 43/2013).

4.1) *Déficit de execução orçamentária no montante de -R\$ 857.557,34 nas fontes: 552 (-R\$ 27.369,57), 569 (-R\$ 538.234,39), 605 (-R\$ 92,02), 700 (-R\$ 246.675,79), 715 (-R\$ 32.158,57) e 716 (-R\$ 13.027,00), em descumprimento ao disposto no art. 9º da LRF - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA*

5) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).





5.1) Houve a abertura de créditos adicionais de R\$ 450.000,00 por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação na fonte 700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

6) NB02 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_02. Descumprimento das disposições da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei nº 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação - Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 23/2017).

6.1) No exercício de 2024, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu apresentou nível crítico de transparência (básico) - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

7) NB04 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_04. Informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira não divulgadas, em meios eletrônicos de acesso público e em tempo real, para o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade (arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000).

7.1) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo não foram colocadas à disposição dos cidadãos no órgão técnico responsável pela sua elaboração, em desconformidade com o art. 49 da LRF, art. 209 da Constituição Estadual e art. 31, § 3º, da Constituição Federal - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

7.2) SANADO

7.3) SANADO

8) NB05 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_05. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000).

8.1) SANADO

9) NB06 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_06. Demonstrações Contábeis não publicadas na imprensa oficial (art. 37 da Constituição Federal).

9.1) SANADO





10) NB10 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_10. Carta de Serviços ao Usuário sem divulgação atualizada no sítio eletrônico do órgão ou entidade (art. 7º, caput, § 4º, da Lei nº 13.460/2017).

10.1) *A entidade pública não disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

11) OB02 POLÍTICAS PÚBLICAS_GRAVE_02. Ineficiência no planejamento, na execução, governança e/ou avaliação de programas ou ações do poder público para desenvolvimento, implementação e melhoria das políticas públicas na área de educação (arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal).

11.1) SANADO

12) OB99 POLITICAS PÚBLICAS_GRAVE_99. Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).

12.1) SANADO

13) ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01. Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) *Não existe ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria.* - Tópico - ANÁLISE DA DEFESA

13.2) SANADO

14) ZA02 DIVERSOS_GRAVISSIMA_02. Inexistência de Ouvidoria e/ou descumprimento de suas atribuições precípua definidas pela legislação/normatização (art. 37, § 3º, I, da Constituição Federal; arts. 13 a 16 da Lei nº 13.460/2017).

14.1) SANADO





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Em Cuiabá-MT, 9 de setembro de 2025

CLAUDIA ONEIDA ROUILLER

AUDITOR PUBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA

